



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

WANILSON CORREIA DA SILVA

**PESCANDO EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA COLÔNIA DE PESCADORES
PROFISSIONAIS ARTESANAIS Z16 DE MIRACEMA DO TOCANTINS E
TOCANTÍNIA-TO**

Miracema do Tocantins, TO

2022

Wanilson Correia da Silva

Pescando Educação:

**Um estudo das Práticas Educativas da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais
Z16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia-TO**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia para obtenção do título de Licenciatura e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Miranda de Oliveira.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586p Silva, Wanilson Correia da.
Pescando Educação: Um estudo das Práticas Educativas da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z16 de Miracema do Tocantins e Tocantins-TO. / Wanilson Correia da Silva. – Miracema, TO, 2022.
69 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2022.
Orientador: Antonio Miranda de Oliveira
1. Educação. 2. Colônia de Pescadores. 3. Movimento Social. 4. Saberes.
I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

WANILSON CORREIA DA SILVA

PESCANDO EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA COLÔNIA DE PESCADORES
PROFISSIONAIS ARTESANAIS Z16 DE MIRACEMA DO TOCANTINS E
TOCANTÍNIA

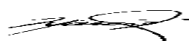
Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema, Curso de Pedagogia, foi avaliada para a obtenção do título de Licenciado e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 03/02/2022.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Antonio Miranda de Oliveira, Orientador, UFT



Prof. Dr. Márcio Antonio Cardoso Lima, Examinador, UFT



Profª. Drª. Layanna Giordana Bernardo Lima, Examinadora, UFT



Educadora Popular, Regina Célia Barbosa Abreu, Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, a minha família e em especial aos meus filhos Jonas, Manuela e Arnon, para os quais sempre procuro ser motivo de inspiração. A minha esposa Ana Rosa, companheira nessa luta de criá-los da melhor maneira possível. Grato aos meus pais, Rosilene Correia e Sarapião Bezerra, exemplos de humildade e simplicidade. Aos meus irmãos, Adriano, Celssino, Maria Katiane, Vanuza e Waneth, por serem também meus amigos. E, aos meus amigos, Tãozinho, Thambata, Danilo, Júnior, Thiago, Ana Maria e Luzia, por se tornarem meus irmãos.

Fico agradecido a todas e a todos, professoras e professores, do curso de pedagogia Campus Miracema que, durante esses quase cinco anos, fizeram parte da minha formação acadêmica. E, em especial ao meu orientador Professor Doutor Antônio Miranda de Oliveira, um exemplo de dedicação e compromisso com o curso.

A todas e todos os colegas de curso, que compartilharam, experiências, frustrações, alegrias e perdas, durante o processo de ensino aprendizagem. Em especial, por fazer parte do sexteto, Alana, Eliane, Patrícia, Poliana e Richele, pois iniciamos o curso como colegas de aula e o finalizamos como amigos para a vida toda.

E, por fim, agradeço a direção da colônia, as educadoras populares, Regina e Célia, e a todas e todos os pescadores (as) da Colônia Z16 pela disposição e paciência em fazerem parte da nossa pesquisa monográfica.

RESUMO

Esse estudo é a pesquisa monográfica de conclusão do Curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema e teve como objetivo principal: conhecer e discutir a dimensão educativa presente nas ações da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia – TO. A Colônia foi pensada aqui como um movimento social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, mediada por uma pesquisa de campo, utilizando-se da entrevista com pescadores e representante da Diretoria da Colônia, além do recurso de imagens fotográficas e documentos da Colônia. Há saberes, práticas e significados importantes elaborados, aprendidos e socializados no processo de pesca artesanal vivido por todos que estão envolvidos nestas relações. O pescador artesanal mediado pela “Colônia de Pescadores de Miracema e Tocantínia”, bem como a respectiva Associação que lhes representa, viveram processos de aprendizagem fundamentais para sua condição humana. A relação com o mercado para a comercialização do seu produto supõe o domínio de conhecimentos e experiências que antes os pescadores não imaginavam que teriam que enfrentar; além do fato de ser necessária a instituição de relações com diferentes setores da vida política e econômica, o que significa buscar conhecimento, inclusive para não ser prejudicado em suas demandas.

Palavras-chave: Colônia de Pescadores. Movimento Social. Educação. Saberes. Experiências.

ABSTRACT

This study is the monographic research for the conclusion of the Pedagogy Course at UFT/Campus de Miracema and had as main objective "To know and discuss the educational dimension present in the actions of the Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 of Miracema do Tocantins and Tocantínia - TO". The Colony was thought of here as a social movement. This is a qualitative research, mediated by a field research, using the interview with fishermen and the Colony's Board Representative, in addition to the resource of photographic images and documents from the Colony. There are important knowledge, practices and meanings elaborated, learned and socialized in the artisanal fishing process experienced by everyone involved in these relationships. The artisanal fisherman mediated by the "Colônia de Pescadores de Miracema e Tocantínia", as well as the respective Association that represents them, have lived through learning processes that are fundamental to their human condition. The relationship with the market for the commercialization of its product supposes the domain of knowledge and experiences that before the fishermen did not imagine that they would have to face; in addition to the fact that it is necessary to establish relations with different sectors of political and economic life, which means seeking knowledge, including in order not to be harmed in their demands.

Keywords: Colony of Fishermen. Social movement. Education. knowledge. Experiences.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-------|
| Figura 1 - Sede própria ainda em construção | 49 |
| Figura 2 - Sede atual, prédio cedido pela prefeitura de Miracema do Tocantins | 50 |
| Figura 3 - Banner de exposição da 9º edição da festa do pescador | 57 |
| Figura 4 - Peixes fritos vendidos durante a festa do pescador | 4957 |
| Figura 5 - Participação da população da cidade na festa do pescador | 4958 |
| Figura 6 - Pescadora fritando peixe durante o evento | 49 58 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Assentamentos criados, áreas e famílias assentadas no Estado do Tocantins – 1987 a 2010..... | 200 |
| Quadro 2 - Assentamentos criados, áreas e famílias assentadas em Miracema do Tocantins – 1980 a 2011 | 211 |
| Quadro 3 - Legislação Brasileira sobre a pesca: das origens aos dias atuais. | 300 |
| Quadro 4 - Espécies de peixes mais presentes nas pescarias a partir da memória de pescadores | 59 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| | SEÇÃO I | 09 |
| 1 | INTRODUÇÃO | 09 |
| | SEÇÃO II | 12 |
| 2 | DISCUTINDO MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO | 12 |
| 2.1 | Movimento social no Brasil e no Tocantins | 12 |
| 2.2 | O educativo presente nestas lutas sociais | 22 |
| | SEÇÃO III | 26 |
| 3 | DE PERNAMBUCO AO TOCANTINS: O MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES - MONAPE | 26 |
| 3.1 | Historiando o Movimento Nacional de Pescadores | 26 |
| | SEÇÃO IV | 39 |
| 4 | EDUCAÇÃO NA COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS Z-16 DE MIRACEMA DO TOCANTINS E TOCANTÍNIA – TO | 39 |
| 4.1 | A COPEMITO: Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia – TO | 39 |
| 4.2 | A Colônia e suas práticas educativas | 50 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 61 |
| | REFERÊNCIAS | 65 |
| | APÊNDICE I | 68 |

SEÇÃO I

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo é a pesquisa monográfica de conclusão do Curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema e teve como objetivo principal: “Conhecer e discutir a dimensão educativa presente nas ações da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia – TO”. A Colônia foi pensada aqui como um movimento social.

Em 2017 iniciei minha formação docente no curso de licenciatura em pedagogia, e, sendo filho de pescador, desde cedo já labutava com o universo da pescaria. Eu não imaginava que seria possível tomar como objeto de estudo, no final de um curso de formação de professor, uma experiência dessa natureza. Tive muitas surpresas boas, principalmente essa ideia de que a atividade humana da pesca gera educação, portanto o seu produtor, o pescador, educa.

Agora, na academia participando de diferentes atividades formativas na forma de disciplinas e/ou atividades de extensão programadas pela universidade: simpósios, palestras, conferências, oficinas e muitas outras, construímos a concepção de que educação é algo que diz respeito à existência humana, por isso não se restringe somente a especialistas e gestores do ensino, bem como não ocorre também somente na escola e não é veiculada somente por professores. Há importantes aprendizagens em outros espaços.

Durante minha formação acadêmica, fui preenchendo lacunas de formações anteriores, mas mesmo assim algumas questões têm me inquietaram nesse processo, dentre elas poderia citar o desafio do enfrentamento do trabalho docente na sala de aula, inclusive pelo fato, de até agora, como professor em formação, não estou integrado ao exercício da profissão docente.

Mais recentemente, ao cursar a disciplina Educação Não Escolar e acompanhar mais de perto os debates do Grupo de Pesquisa EDURURAL¹ acerca de processos educativos em ambientes que não são escolas, retomei minhas experiências de vida, especialmente minha experiência de pescador artesanal e tomei a decisão de problematizar como objeto de estudo na pesquisa monográfica as práticas educativas presentes na Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais de Miracema do Tocantins e Tocantínia -TO.

¹ O Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Mundo Rural –EDURURAL, tem feito um esforço de criar espaço na formação do pedagogo na UFT-Campus de Miracema, para o debate acerca de uma concepção ampliada de educação, no sentido de concebê-la como inerente e decorrente das práticas sociais elaboradas e vividas pelos homens em uma determinada sociedade.

Do ponto de vista metodológico, realizou-se uma pesquisa qualitativa, mediada por uma pesquisa de campo, utilizando-se da entrevista com pescadores e representante da Diretoria da Colônia, além do recurso de imagens fotográficas.

Nesta região sempre houve pessoas e comunidades que mediarão suas vidas com a pesca. Muito antes da existência das entidades denominadas “Colônias de Pescadores”, os povos indígenas e grupos de ribeirinhos faziam a pesca para consumo familiar, bem como para a venda no sentido de buscar alternativas de renda para a aquisição de produtos que não conseguiam produzir.

Buscando a história da pesca artesanal no Brasil verifica-se que desde 1919 começa o processo de reunião e organização de pescadores, com o intuito de criar colônias de pesca, embora neste período isso tenha ocorrido subordinado dos interesses do Estado brasileiro, especialmente os da Marinha Brasileira (RAMALHO, 2014).

Há saberes, práticas e significados importantes elaborados, aprendidos e socializados no processo de pesca artesanal vivido por todos que estão envolvidos nestas relações. Portanto, vive-se no interior do processo de pesca, como uma prática social, da qual homens e mulheres produzem e reproduzem suas vidas de forma material e simbólica, um intenso processo educativo. Por isso pensou-se a “Colônia de Pescadores” como um movimento social.

No caso dos pescadores, articulados a uma entidade de organização coletiva, com maior razão essas pessoas vivenciam processos formativos entre eles mesmos, mas também voltados para interesses coletivos maiores, como é o caso da proteção das espécies, da defesa do caráter público e ambientalmente saudável das águas, das lutas das mulheres, além do aprendizado das relações com o mercado para a comercialização do fruto do seu trabalho.

O estudo foi organizado em quatro seções. A primeira é a introdução, espaço onde apresentou-se as razões acadêmicas e pessoais para a realização do estudo, bem como a perspectiva metodológica adotada. A segunda seção, denominada “Discutindo Movimentos Sociais e Educação”, apresentou-se os resultados de nossas leituras sobre movimentos sociais, buscando definir o que é um movimento social e falamos de suas origens e existência no Brasil e no Tocantins. Em um segundo momento, trouxemos reflexões sobre as possibilidades de educação presentes nas ações desses movimentos. Assim esta seção foi organizada em dois subitens: “movimento social no Brasil e no Tocantins” e “O educativo presente nestas lutas sociais”.

Na terceira seção, denominada “De Pernambuco a Miracema: o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE” apresentou-se a perspectiva de que a Colônia de Pescadores de Miracema é um movimento social. Fizemos isso trazendo algumas reflexões acerca da história

do MONAPE-Movimento Nacional dos Pescadores e apresentando um histórico do MONAPE, tendo como referência de leitura dois estudos; a obra de Fox (2010) e o artigo de Marques, Miranda e Soares (2021), não exclusivamente.

Na quarta e última seção, que é seguida das considerações finais, definida como “Educação na Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia –TO – COPEMITO” apresentou-se a Colônia como um movimento social, que instituiu, no bojo do debate político e das lutas pela profissionalização dos pescadores no âmbito do MONAPE, saberes sociais, práticas pedagógicas e econômicas importantes no contexto da defesa dos direitos de seus integrantes, mas também algumas contradições desse processo.

SEÇÃO II

2 DISCUTINDO MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

O objetivo dessa seção é apresentar os resultados de nossas leituras sobre movimentos sociais, buscando definir o que é um movimento social e falar de suas origens e existência no Brasil e no Tocantins. Em um segundo momento, trazer reflexões sobre as possibilidades de educação presentes nas ações desses movimentos.

2.1 Movimento social no Brasil e no Tocantins

O que se chama de movimento social, são fatos políticos importantes na história brasileira, nas últimas três décadas e, isso tem a ver com a organização dos pobres e excluídos, formando o que os estudiosos chamam de movimentos sociais. Esses movimentos estão presentes no cenário político brasileiro no campo e nas cidades, com maior intensidade no período mencionado, embora a história das lutas sociais no Brasil esteja localizada em tempos mais remotos. Prova disso são as ações políticas articuladas aos interesses de pescadores, como vamos mostrar em outra parte desse trabalho.

Há consenso de vários autores (JACOBI, 1990; LARANGEIRA, 1990; CARDOSO, 1984; SADER, 1987) acerca de algumas características básicas definidoras e constatadas em movimentos sociais. Por exemplo, representar um espaço político de organização de algumas classes populares que lutam pelo reconhecimento de seus direitos de cidadãos e pelo atendimento de suas carências; na ação dos movimentos sociais há uma prática de valorização das bases, mas também e a ideia de que suas demandas são decididas entre sujeitos iguais; e ainda, a concepção de que esses movimentos são organizados e que imprimem suas lutas tendo o Estado como um dos seus interlocutores. Muitas vezes contra esse organismo.

O destaque destas características não implica o desconhecimento de que há movimentos sociais que existem exatamente para impedir o enfrentamento com os poderosos e o estado, mas indicam os diferentes sentidos que assumem essa experiência para o ser humano e, ainda que esses elementos não são estáticos.

Essas concepções expressam a eclosão destes movimentos sociais, no contexto de uma sociedade em intenso processo de industrialização, como instrumento de transformação das profundas contradições (carências do povo) da sociedade brasileira, no campo e nas cidades.

A expectativa de que a consciência das necessidades e das carências gere a noção de direitos e façam frutificar a organização, faz parte das concepções de movimentos sociais e está presente em vários autores, como em Jacobi (1990):

Os fatores que afetam a mobilização da população estão diretamente vinculados à percepção de carências comuns, numa profunda vinculação com a noção de direitos básicos. Os movimentos se constituem a partir de dois elementos motrizes: as carências e o trabalho desenvolvido pela organização dos moradores. Entre ambos, existe um elemento articulador constituído por um conjunto de mecanismos internos ao movimento que permite a passagem da necessidade à reivindicação, mediada pela afirmação de um direito. (JACOBI, 1990, p. 225).

Refletindo sobre a trajetória de formação dos movimentos sociais no Brasil, Sader (1987) identifica três fases: a etapa de sua constituição durante a crise da ditadura; a fase de transição aberta com a instalação dos governos da até então oposição política; e a fase da Nova República.

Consideramos importante compreender que a constituição dos movimentos sociais se amplia no processo de redemocratização da sociedade brasileira e isso significa reconhecer, por um lado, que novos atores políticos organizados e com autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos estão atuando e, por outro lado, que esta ação ocorre no mesmo espaço do Estado e que, por isso, essa autonomia dos movimentos é relativa, mas aos poucos foi exigindo um redimensionamento das ações do Estado e dos próprios movimentos sociais.

Consideramos importante a perspectiva de pensar os movimentos sociais a partir do que diz Gohn (2011),

(...) movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Diz ainda que na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão (GOHN, 2011, p. 335).

O que se observa é que a ação dos movimentos sociais não é condicionada somente por carências objetivamente comprovadas. A consciência das necessidades impulsiona a ação dos movimentos sociais, muitas vezes, por demandas pontuais, no entanto a dinâmica dos processos de tomada de consciência e da ação é permeada por “mediações simbólicas” que são fundamentais para os atores envolvidos (SADER, 1987). Podemos ver isso muito claramente, por exemplo, nos movimentos que ao longo da história brasileira lutam por terra, reforma agrária, bem como o movimento em defesa dos interesses dos pescadores como veremos na sequência desse estudo.

O Estado, com seus agentes públicos, e as elites já perceberam que as camadas populares têm capacidade de definir objetivos e formas de lutas condizentes com seus interesses e que isso exige posicionamento distinto daquele que o Estado vinha praticando durante os períodos de forte negação da democracia como possibilidade de mediação das relações sociais.

Ruth C. L Cardoso (1984, p. 233), refletindo sobre as relações entre Estado e movimentos sociais em suas lutas, chega a dizer que:

Todos os mecanismos que os órgãos públicos utilizam para responder às reivindicações populares levam à sua fragmentação e separação. Cada grupo se dirige a uma esfera da administração e pode se defrontar com políticas tão diversas que chegam a ser contraditórias. Além disto, os modos de reivindicar são diferentes para cada grupo e também mudam durante o seu desenvolvimento. Compreender que esta ambiguidade faz parte dos movimentos sociais nos arma para escapar das interpretações classificatórias que procuram encontrar ou um conteúdo transformador, quando o discurso é radical, ou uma acomodação quando o governo atende aos pedidos. (CARDOSO, 1984, p. 233).

Na verdade, essas contradições no seio dos movimentos sociais e do próprio Estado, fazem parte da essência das ações de ambos. Em um processo dessa natureza, a ação do Estado não é monolítica, é sim, contraditória, principalmente na sua relação com os movimentos sociais. Sabemos que também é possível existir movimento social pra defender os interesses do estado.

Oszalk *apud* Jacobi (1989):

O Estado não mais pode ser concebido como uma entidade monolítica a serviço de um projeto político invariável, mas deve ser visualizado, como um sistema em permanente fluxo, internamente diferenciada, sobre o qual repercutem também diferencialmente demandas e contradições da sociedade civil. (OSZALK *apud* JACOBI, 1989, p. 5).

Um dos resultados da conduta que polariza a relação estado - movimentos sociais de forma monolítica, é negar o caráter dinâmico das sociedades capitalistas, inclusive o fato de o Estado não agir somente como reprodutor do capital, podendo, também, assumir demandas típicas dos setores populares, através das demandas dos movimentos sociais, como políticas de governo, embora se reconheça, também, que com isso não esteja assumindo o ponto de vista dessas classes (JACOBI, 1989).

Assim, um aspecto central na compreensão dos movimentos sociais é conceber suas ações político-sociais e os próprios movimentos, numa perspectiva pluralista garantindo-lhes a ideia do dissenso, da participação e da democracia, tão cara aos movimentos sociais.

Mesmo considerando a crença no caráter utópico e transformador dos movimentos sociais e seu relativo poder de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas,

Larangeira (1990), anuncia algumas conclusões de estudos sobre movimentos sociais que, no seu entender, invalidam teses do caráter pluralista e democrático dos movimentos:

- o relativo grau de autonomia atribuído a eles;
- a incapacidade de persistir na correlação de forças dos sistemas políticos dominantes; e
- o fato de suas lutas assumirem dimensões predominantemente defensivas e por isso não afetariam as estruturas formais e institucionais da dominação. (LARANJEIRA, 1990, p. 27-28).

A democratização da sociedade brasileira; o quadro de crescente miséria no Brasil e no mundo; a ideia de que a única saída é se entregar às práticas e ao discurso liberal do “deus mercado”, que pressupõe o primado do econômico sobre todas as outras dimensões das relações sociais; a crescente perda de direitos individuais e sociais frente ao processo de privatização do Estado; a banalização das ideias de comunidade, de participação, de cidadania e de democracia, criam para os movimentos sociais, principalmente na década de 1990, uma desarticulação e um esvaziamento de militantes, parecendo que perderam as causas pelas quais lutavam (GOHN, 1992). Olhando hoje para os problemas vividos pelos pobres na sociedade brasileira, tem-se a impressão de que não há luta contra esse estado de coisas. Mas é somente impressão, ao longo da história houve e continua tendo muitos enfrentamentos.

A luta pela terra tem alimentado, historicamente, ações de inúmeros movimentos sociais de trabalhadores rurais e, dentre as atividades políticas e econômicas do século XX, é a mais importante delas.

No Brasil a luta pela terra em nosso país tem cerca de quinhentos anos e, neste tempo, de acordo com os grupos e ganhos político-econômicos, tem assumido diferentes formas, mas uma delas marca a sociedade brasileira desde a sua formação: é a concentração da terra nas mãos de poucos.

Elide Rugai Bastos (1984) indica que essa luta tem se constituído em forma de resistência ao capital, pois como podemos verificar, quando os trabalhadores questionam a posse da terra, dirigem-se imediatamente contra o processo de acumulação capitalista, que de forma geral, no seu processo de expansão em direção ao campo, subordina a terra às suas necessidades, transformando a terra em mercadoria.

Os exemplos históricos mais antigos, de luta pela terra no Brasil, são dados pelos escravos que, para escapar dos maus-tratos e do profundo processo de exploração e sofrimento, fugiam rebelando-se e buscando como alternativa de vida a formação de quilombos. Neste processo ocupavam terras e iniciavam uma forma de organização autônoma da vida e da produção (MEDEIROS, 1989).

São muitas as experiências de lutas das classes trabalhadoras, em todas as regiões do país, para garantir a posse de seu principal instrumento de trabalho que é a terra. Foram essas lutas, com diferentes características nas condições históricas em que se desenvolveram, que permitiram a acumulação de experiências aos trabalhadores para constituir aquilo que os estudiosos chamam de movimentos sociais no campo. Os pescadores são partes desse processo, embora territorialmente localizados no meio urbano.

Essas lutas dos camponeses e os movimentos sociais constituem um dos fatos mais importantes da história brasileira, pois representam a organização dos pobres e excluídos do campo e das cidades no Brasil.

Entretanto, manifestações destes movimentos ocorreram no cenário político brasileiro, no campo e nas cidades, em diferentes momentos de nossa história. Algumas experiências podem ser citadas.

O Movimento de Canudos, resistência camponesa ocorrida no sertão baiano, liderada por Antônio Conselheiro no período de 1893-1897 (FERNANDES; STEDILE, 1999). O povoado de Canudos chegou a se organizar com vinte e cinco mil pessoas. Canudos foi cercada pelo exército, que empreendeu quatro expedições militares, das quais três vencidas pelos camponeses, para em seguida destruí-la (MARTINS, 1995).

O Movimento no Quilombo de Palmares foi um movimento de resistência negra que mobilizou todo o país. Zumbi comandou o quilombo de Palmares, em Alagoas, e foi assassinado por tropas portuguesas em 1695.

Outro movimento social camponês de destaque foram as Ligas Camponesas (1955-1964), com penetração maior na região nordeste (Paraíba e Pernambuco), mas também com influências no Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, e tinham como principal liderança Francisco Julião.

As Ligas Camponesas, no fim dos anos 50 e início dos anos 60, ao lado de outros movimentos sociais agrários, questionavam os interesses dos setores dominantes agrários e não-agrários e, ao fazê-lo, conquistam importante espaço para as reivindicações dos trabalhadores rurais (BASTOS, 1984, p. 9).

Um movimento representativo dos camponeses que construiu seu próprio projeto de luta pela terra foi o de Contestado, ocorrido entre 1912 e 1916 em Santa Catarina e no Paraná. O governo doou as terras de posseiros a uma empresa inglesa como pagamento pela construção de uma ferrovia. Soldados do Exército e a Polícia Militar dos dois Estados reprimiram os camponeses (FERNANDES; STEDILE, 1999).

Sobre a Guerra do Contestado e Canudos, assim se manifestou Martins (1995):

Em todos estes conflitos, sejam aqueles do tipo messiânico e com características do cangaço (como nos grupos formados por Lampião e Antonio Silvino no Nordeste) ou aqueles ocorridos entre os anos 50 e o golpe militar, que se constituíram na forma de Ligas Camponesas, associações e sindicatos rurais, têm em comum a luta pela terra ou pelo direito de nela trabalhar, do lado dos camponeses, e contra eles, a violência do estado apropriado pelos grandes proprietários de terras e pela burguesia industrial e financeira. (MARTINS, 1995, p. 26).

Em Goiás, desde o início do século XX, ocorreram movimentos sociais que questionaram a propriedade da terra, tais como: o Movimento Messiânico de Santa Dica que aconteceu no município de Pirenópolis, de 1923 a 1926 quando a polícia pôs fim ao movimento (PESSOA, 1999 p. 60); a Revolta Camponesa de Formoso e Trombas², iniciada em 1950 e que se prolongou até 1964 (CARNEIRO, 1986; GUIMARÃES, 1988); a Luta do Arrendo, nos municípios de Orizona e Pires do Rio, no período de 1948 a 1952 (LOUREIRO, 1988).

No território que forma o Estado do Tocantins, aconteceram várias ações de luta pela terra, desde os anos de 1950, mas ganhou notoriedade a Guerrilha do Araguaia, comandada por militantes do PC do B no final dos anos 70, na região de Xambioá.

Nas décadas de 1970 e 1980 intensos conflitos por terra tomaram conta da região do Bico do Papagaio (norte do Tocantins, sul do Pará e Maranhão), que se tornou uma região de fronteira agrícola, e alvo dos programas de financiamento da agricultura dos governos militares.

O regime militar pôs em prática uma política agrária que privilegiou o financiamento dos grandes empreendimentos agrícolas, ao mesmo tempo em que reprimia as ligas camponesas e os sindicatos, ocorrendo assim, um arrefecimento dos enfrentamentos entre os posseiros, o estado e os proprietários.

A partir do final dos anos 1970 alteraram as formas de luta pela terra; já não se reproduzem os movimentos messiânicos, as ligas, o cangaço. Os camponeses e camponesas passam a se organizar como classe que possui vontade e força política para construir seus projetos político-econômicos e culturais. O modo de fazer política no país se altera e outros personagens (velhos e novos) são organizados nas lutas urbanas por acesso aos bens públicos de uso coletivo, bem como no mundo rural onde continua um forte processo de exploração e expropriação dos trabalhadores.

² Cursando a disciplina Integrante “Campeinato e Capitalismo” no semestre (2021/2), coordenada pelos docentes Antonio Miranda e Layana Giordanna, tivemos a oportunidade de fazer leitura sobre o movimento de Formoso e Trombas e, ainda assistir e debater o documentário denominado “Cadê Profiro”. Espaço privilegiado para conhecer o processo de luta pela terra realizado pelos camponeses, bem como perceber o modo como se deu o processo de expropriação dos pobres naquele contexto.

É este contexto, que também contribui para a conscientização dos trabalhadores rurais do ex-norte goiano, principalmente aqueles explorados na região do Bico do Papagaio, na qual, vários movimentos de lutas em defesa da terra aconteceram e continuam naquela região.

A partir dos anos de 1980 o Estado passou a responder à pressão dos trabalhadores, por terra, com a política de formação de assentamentos. Um assentamento é um espaço complexo, de muitos conflitos, que permite vários enfoques, que esconde e faz aflorar distintas possibilidades para a reconstrução da vida camponesa.

Miracema do Tocantins não ficou ausente desse processo de lutas políticas em busca da defesa dos interesses dos mais pobres. Um exemplo disso tem sido a formação de assentamentos de reforma agrária, portanto, os pobres lutando por terra, organizados na forma de sujeitos coletivos, em movimentos sociais.

S. M. Bergamasco e L. A. C. Norder (1996, p. 7-9), afirmam que os assentamentos surgem da luta dos trabalhadores rurais sem-terra, representando uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola fundamentado em bases sociais mais equitativas. Acrescentam ainda, que no Brasil a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da Segunda metade dos anos 1980.

As lutas dos trabalhadores que deu origem a formação do assentamento Irmã Adelaide, em Miracema do Tocantins, é possível constatar essas afirmações. Oliveira (2018) em pesquisa acerca da luta pela terra diz que o Assentamento Irmã Adelaide tem sua origem nas andanças dos trabalhadores rurais sem-terra, deste país, em busca de terra para trabalhar. A cidade de Miracema do Tocantins tem sua origem ligada ao ciclo de migração de nordestinos em busca de pastagens para a criação de gado e, que posteriormente, no final da década de 1980, a criação do Estado do Tocantins e da sua capital, Palmas, como cidade planejada, criaram as condições necessárias para um intenso processo de migração e emigração.

O Estado do Tocantins e, muito particularmente Palmas, até a primeira metade da década de 1990, tornou-se uma referência para trabalhadores e trabalhadoras rurais que aqui chegavam na esperança de pôr fim a uma “vida de insegurança e de retirante, que vive passando mil e uma necessidades nas periferias das cidades por onde a gente anda”, como eles próprios dizem (OLIVEIRA, 2018).

A cidade de Palmas, como sede do poder político-administrativo do Estado, e pela intensa propaganda oficial que vendia a imagem de uma cidade e de um governo que atendia

as necessidades de todos que procuravam a cidade, recebeu um contingente muito grande de trabalhadores, pobres e excluídos (do Tocantins e de outros Estados), da terra, da escola, do serviço de saúde e, que viam nestas ‘promessas’ uma luz no fim do túnel (OLIVEIRA, 2018).

Foi assim que, a partir de 1996, esses trabalhadores pobres e excluídos, perceberam que suas dificuldades de viver ficaram maiores, pois continuavam excluídos do processo de desenvolvimento da cidade e do estado e começaram a discutir alternativas de solução. Alguns trabalhadores, inclusive com a ajuda de companheiros e do setor público, encaminharam soluções no nível individual (voltar para o local de origem), enquanto outros, com muita solidariedade, fizeram o enfrentamento destas condições “decidindo fincar o pé e ir pra luta por aquilo que mais sabemos fazer”, afirmam alguns destes trabalhadores que são assentados (OLIVEIRA, 2018).

Na verdade, os camponeses percebem a crise em que vivem e as profundas dificuldades em prover a família do mínimo necessário para a sobrevivência nas condições em que se encontram e, neste caso, a alternativa foi a organização com fortes características do espontaneísmo, como nos lembra Monteiro (1990),

Os camponeses têm poder de organização espontânea, em situação de violenta crise e ameaça à destruição deles, isto é, visualização da impossibilidade de reprodução simples da família. Este poder de organização geralmente é direcionado para garantir o elemento essencial de reprodução de sua economia, a terra. Em torno da terra em todo o mundo, os camponeses se mobilizam, chegam à luta armada. Quando a terra que serviu de insumo indivisível catalisador foi obtida, com a parceria dela, a organização espontânea camponesa desaparece e é reintegrado no processo de organização social rural dominante, o mercantil capitalista. (MONTEIRO, 1990, p. 19).

Compreendemos que a luta por terra não é espontânea e a própria noção de assentamento envolve uma concepção equivocada de fixação do homem a terra, pela oferta de condições para sua exploração e de incentivos à vida comunitária. Os assentamentos devem ser pensados como locais de estratégias dos grupos que integram o campo de disputas em torno de recursos e regras institucionalizadas para que assentados e assentadas tenham estabilidade financeira, como afirma Neves (1997). Algo semelhante ocorreu no processo de formação da Colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins, como vamos ver mais adiante, neste estudo.

No caso específico de Miracema do Tocantins, município com uma forte concentração fundiária, os trabalhadores rurais, camponeses, nas últimas décadas conquistaram importante território de trabalho no campo, na medida em que forçaram a criação de assentamentos. Oliveira (2013, p. 90), diz que “a existência de assentamentos rurais em Miracema, como

política de estado, tem seu início no final da década de 1980 e não é um movimento isolado, mas se articula com a luta histórica dos camponeses em todo o Brasil”.

No Tocantins e no município de Miracema está presente o problema da concentração fundiária. Embora seja visível o fato de que, na década de 1990, as propriedades rurais, no município, tenham mudado de donos, isso não permitiu alterar a estrutura concentradora, característica da situação fundiária do estado e do país. Dados do Inbra sobre o número de assentamentos criados no Estado e em Miracema demonstram, por um lado a concentração fundiária e por outro, a luta dos camponeses, organizados e em movimento, por terra para trabalhar, como apresentado por Oliveira (2013, p. 93) nas Tabelas 01 e 02 a seguir.

Quadro 1. Assentamentos criados, áreas e famílias assentadas no Estado do Tocantins – 1987 a 2010

| ANO DE CRIAÇÃO | PA'S | ÁREA (HA) | Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS |
|-----------------------------------|------------|--------------------|---------------------------|
| 1987 | 08 | 22.040,278 | 421 |
| 1988 | 12 | 68.587,181 | 1.438 |
| 1989 | 14 | 72.353,436 | 1.334 |
| Sub-Total -Década de 1980 | 34 | 162.980,890 | 3.193 |
| 1991 | 04 | 15.605,769 | 331 |
| 1992 | 23 | 45.801,501 | 669 |
| 1993 | 02 | 3.761,527 | 102 |
| 1994 | 05 | 9.922,091 | 64 |
| 1995 | 21 | 94.440,490 | 1.528 |
| 1996 | 24 | 108.350,300 | 2.064 |
| 1997 | 11 | 39.975,229 | 768 |
| 1998 | 51 | 219.402,080 | 5.221 |
| 1999 | 15 | 41.974,809 | 997 |
| 2000 | 23 | 71.128,784 | 1.382 |
| Sub-Total - Década de 1990 | 173 | 721.491,330 | 13.126 |
| 2001 | 28 | 77.708,569 | 1.534 |
| 2002 | 08 | 17.903,222 | 467 |
| 2003 | 12 | 20.183,202 | 487 |
| 2004 | 04 | 6.880,761 | 149 |
| 2005 | 40 | 106.292,770 | 2.062 |
| 2006 | 26 | 76.048,231 | 1.421 |
| 2007 | 26 | 49.698,122 | 1.115 |
| 2008 | 08 | 19.094,952 | 427 |
| 2009 | 07 | 13.233,179 | 276 |

| | | | |
|----------------------------|------------|---------------------|---------------|
| 2010 | 02 | 5.944,784 | 144 |
| Sub-Total - Década de 2000 | 161 | 392.987,770 | 8.082 |
| TOTAL | 368 | 1.277.459,99 | 24.401 |

Fonte: Oliveira (2013).

Os dados da tabela acima são importantes, não pelos números que apresentam, mas principalmente porque representam a organização dos pobres no estado do Tocantins para lutar pelo direito de ter acesso à terra para trabalhar, viver e produzir material e simbolicamente. Isso só foi possível por causa organização coletiva, da resistência e da coragem de defender seus interesses.

A luta pela terra no Tocantins está presente em Miracema. A Tabela 2 abaixo mostra exatamente isso. Os trabalhadores rurais sem terra intensificaram suas lutas enfrentando as contradições do avanço do capitalismo e, na medida em que conquistaram suas terras, no programa de reforma agrária do estado brasileiro, realizaram territorializações em terras que antes se constituíam como latifúndios improdutivos em Miracema. A seguir apresentam-se dados do Incra - TO e do Dataluta (2013) sobre a implantação de assentamentos em Miracema.

Quadro 2. Assentamentos criados, áreas e famílias assentadas em Miracema do Tocantins – 1980 a 2011

| ANO DE CRIAÇÃO | PA'S | ÁREA (HA) | FAMÍLIAS ASSENTADAS |
|-----------------------|-------------------------|-------------------|----------------------------|
| 1998 | Irmã Adelaíde | 5.344,7910 | 106 |
| 2000 | Brejinho | 1.685,0900 | 74 |
| 2005 | Universo | 1.205,0000 | 33 |
| 2005 | Mundo Novo | 310,2810 | 13 |
| 2006 | Nossa Senhora de Fátima | 1.002,9000 | 26 |
| TOTAL | 05 | 9.548,0615 | 252 |

Fonte: Oliveira (2013).

Juntamente com a conquista da terra para continuar se (re)produzindo material e simbolicamente os trabalhadores lutam por educação, por escola. Em Miracema do Tocantins e no próprio Estado do Tocantins esse processo, mesmo com suas limitações, tem permitido a conquista e a existência de escolas “no campo”, o que gera a possibilidade de espaços de atuação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (especialmente no caso dos estágios e prática de ensino, produção de monografias) para docentes e discentes do curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema.

Por isso estamos pensando que nessas lutas, os trabalhadores instituíram o que se denomina movimento social. E neste caso estamos entendendo movimento social aqui, na mesma acepção de pesquisadora que, apresenta um extenso estudo sobre teorias dos movimentos sociais. Segundo esta autora: “movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto” (GOHN, 1997, p. 247). Por isso, podemos dizer que nesses movimentos, nessas lutas dos pobres na defesa dos seus interesses, eles se educam, aprendem e ensinam muito.

2.2 O educativo presente nestas lutas sociais

Como vimos nas leituras e discussões que fizemos até agora, organizados em movimentos sociais, os pobres tomam consciência de seus direitos e decidem agir. Há muito de educativo neste processo.

Os homens estabelecem relações sociais de acordo com a produção e, conforme o modo de produção dominante, produzem e reproduzem também os princípios, as ideias, os valores, as culturas, bem como podem se educar no processo de construção dessas relações sociais (OLIVEIRA, 2018).

Verificando o trabalho realizado por Oliveira (2018) podemos perceber que o processo de luta articulado pelos camponeses assentados do Assentamento Irmã Adelaide colocou-os diante da possibilidade de se enfrentarem com situações até então desconhecidas e eles responderam a esses desafios de diferentes modos, conforme a análise dos interesses internos e externos que estavam em jogo, mas também com profundo senso de aprendizagem e, isso passa necessariamente pela questão da consciência e da educação, pois como afirma Loureiro (1988):

Educação é, antes de tudo, formação da consciência, aquisição de conhecimento do real, aquisição essa que se faz em sociedade. Os homens educam-se, adquirem consciência, na relação que estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida. A educação, portanto, faz-se, não só na prática escolar, mas nas diversas práticas. (LOUREIRO, 1998, p. 20).

De acordo com Oliveira (2018) a luta camponesa, que permitiu a reconquista da terra, levada a cabo no Assentamento Irmã Adelaide, por trabalhadores e trabalhadoras rurais, faz parte de uma história que está em construção, que ainda não terminou e que essa luta possui profundas relações com movimentos sociais que lutam pela terra no Brasil e não somente aqui em Miracema.

Maria da Gloria Gohn (1992) apresenta contribuição importante para a reflexão que precisamos fazer sobre o caráter educativo dos movimentos sociais. Para a pesquisadora, os movimentos sociais falam segundo interesses da coletividade: “A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo” reconhecemos que embora, neste texto tenha centrado sua análise em movimentos que não são de pescadores e sim movimentos urbanos. Percebemos que é uma reflexão importante.

As condições necessárias para a reprodução da vida, seja no trabalho com a terra ou em outros espaços, exige pensar e efetivar relações com distintos setores da sociedade e busca de aprendizado não somente para produzir economicamente, mas também para realizar aprendizagem necessárias para relações antes desconhecidas. De acordo com o pensamento de Woortmann (1997):

(...) Produzir é combinar, segundo certas regras, técnicas, recursos, equipamentos e homens para obter um produto utilizável socialmente (...). As matérias-primas dependem do estágio tecnológico do equipamento e do know-how que as torna exploráveis. Reciprocamente, o instrumental e o know-how exprimem a adaptação a um certo tipo de recursos exploráveis. Não há, portanto, recursos em si, mas possibilidades de recursos oferecidos pela natureza no quadro de uma dada sociedade. Toda a exploração de recursos supõe, portanto, um certo conhecimento das propriedades dos objetos e de suas relações essenciais em certas condições. (WOORTMAM, 1997, p. 14).

Podemos compreender que seja o trabalhador rural que conquista a terra ou pescador na labuta com as águas na busca do peixe, precisam instituir saberes específicos e que são denominados de “saber social”, por Damasceno (1993), que apresenta três dimensões de classificação desse saber:

1. Trata-se de um saber que é produzido coletivamente no processo de trabalho, nas relações de trabalho, na prática organizativa e política, sendo então apropriado pelos camponeses;
2. É um saber hierarquizado pela prática social do grupo, ou seja, em função das prioridades da vida real, da luta cotidiana;
3. Finalmente, a força desse saber reside em ser o mesmo instrumento da prática social, permitindo ao grupo se inserir em determinadas relações econômicas, políticas e culturais. Trata-se de um instrumento mediante o qual o grupo participa, integrando-se e/ou opondo-se, resistindo, lutando no contexto das referidas relações. (DAMASCENO, 1993, p. 50).

Beatriz Costa (1987) diz que o que diferencia uma prática social da outra é aquilo que cada uma delas transforma, produz, reproduz, cria, elabora na sociedade, dentro de determinadas relações sociais. O que se observa, neste caso, é que as práticas sociais dominantes são aquelas capazes de garantir e de perpetuar relações de poder para a continuidade

do sistema social, embora compreendendo que as relações sociais não apresentam uma face única, sendo somente transformadoras ou somente dominadoras. Sabe-se que transformar e conservar são partes do mesmo processo no interior das práticas sociais e num assentamento ou na Colônia de Pescadores não é diferente.

O que o senso comum tem nos mostrado, e que de alguma forma confirmam os teóricos ao falarem da origem dos movimentos sociais, é que as relações sociais são cheias de contradições. Entende-se que esse processo está permeado de uma relação dialógica que se constitui como prática social, portanto educativa; assim, concordamos com Frigotto (1999) quando expressa que,

A concepção de educação como prática social que se define nos múltiplos espaços da sociedade, na articulação com os interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classes sociais. A educação é, pois, compreendida como elemento constituído e constituinte crucial de luta hegemônica. (FRIGOTTO, 1999, p. 21).

Neste sentido, fica muito claro que as pessoas se educam nas vivências de suas experiências individuais e coletivas, se apropriam de outras experiências, outros saberes, principalmente quando organizadas coletivamente para enfrentar as dificuldades. Grzybowski *apud* Frigotto (1999), apresenta uma um modo de conceber educação dizendo que,

A educação, é antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidade e a apropriação de “saber social” (conjunto de conhecimentos e habilidades, atividades e valores que são produzidos pelas classes, em situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. (GRZYBOWSKI *apud* FRIGOTTO, 1999, p. 20).

O processo histórico das lutas dos movimentos sociais, bem como da ação de diversos organismos que foram se tornando parceiros na mesma luta ou mediadores das relações e interesses entre trabalhadores, movimento, estado ou grupos empresariais latifundiários e, neste caso, especificamente em Miracema, a prática educativa dos movimentos sociais no Tocantins, nos convidam a procurar entender o significado político e pedagógico de suas ações e a afirmar como Gramsci (1986) que,

(...) prática pedagógica é aplicada a todas as relações existentes na sociedade em seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais, entre governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpo de exército. (GRAMSCI, 1986, p. 37).

Compreender o sentido educativo das práticas sociais na complexidade das ações e interesses que estão em jogo quando se busca solução para os problemas dos mais pobres e dos trabalhadores em qualquer espaço, exige pensar a educação como uma prática social que está para além do espaço escolar e do trabalho daqueles que fazem formação para ser especialista nisso.

O trabalhador rural que luta pela posse da terra, buscando reconstruir sua vida camponesa num assentamento de reforma agrária, ou o pescador articulado a uma organização inventada por ele para cuidar de seus interesses, contribuem para dificultar a monopolização da terra pelo capital (PESSOA, 1999). O mesmo autor, citando Ianni (1988), diz que os movimentos sociais - especialmente o movimento camponês - precisam ser entendidos como algo muito além da luta pela defesa desesperada de um pedaço de chão, com um documento cartorial e complementa:

Mesmo quando essa é a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes. A cultura, a religião, a língua ou o dialeto, a etnia ou a raça entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais que isso, pode-se dizer que a luta pela terra é sempre, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho... a relação do camponês com a terra põe em jogo, também a sua vida espiritual (IANNI apud PESSOA, 1999, p. 247)

Como sabemos não é possível pensar a existência dos movimentos sociais sem reivindicação de demandas específicas, fruto da percepção das carências dos envolvidos no processo. No entanto as experiências históricas das ações dos movimentos têm demonstrado que muitas vezes os envolvidos criam demandas que vão além de questões bem específicas e, que neste contexto são ações e concepções que expressam preocupações que dizem respeito a toda a sociedade. Este é o caso da defesa da proteção das águas, dos peixes realizada por pescadores em todo o Brasil e aqui na Colônia de Pescadores de Miracema também.

Considerando as reflexões realizadas em torno das origens, das ações de movimentos sociais em diferentes lugares, bem como de seu caráter educativo, a seguir vamos apresentar algumas reflexões sobre o MONAPE – Movimento Nacional de Pescadores.

SEÇÃO III

3 DE PERNAMBUCO AO TOCANTINS: O MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES – MONAPE

Em seção anterior apontou-se que os movimentos sociais, são fatos políticos importantes na história brasileira, e que estão articulados com a organização dos pobres e excluídos, presentes no cenário político brasileiro no campo e nas cidades.

O objetivo principal dessa seção é apresentar a perspectiva de que a Colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins - TO é um movimento social. Faremos isso trazendo algumas reflexões acerca da história do MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores. Assim apresenta-se um histórico do MONAPE, tendo como referência de leitura de dois estudos: a obra de Fox (2010) e o artigo de Marques, Miranda e Soares (2021), não exclusivamente.

3.1 Historiando o Movimento Nacional de Pescadores

A década de 1980 foi intensa do ponto de vista do desenvolvimento de ações articuladas por distintos movimentos sociais. Na história política brasileira esse foi um período rico para os movimentos sociais, na medida em que havia um contexto favorável, pois de um lado o processo de democratização da sociedade brasileira era uma pauta de todos os setores progressistas. Por outro, segmentos específicos, aumentaram sua consciência acerca de suas carências, bem como de seus direitos, na esteira dos debates que antecederam a aprovação da Constituição Federal de 1988.

Os pescadores, assim como outros marginalizados e expropriados dos resultados de seu trabalho, fortaleceram suas organizações neste período. Além das ações dos movimentos também há a perspectiva de tomar esses movimentos como objeto de estudo e Fox (2010) apresenta alguns estudos que trazem contribuições. Neste sentido afirma que,

Os estudos sobre os movimentos sociais de pescadores no Brasil vieram, igualmente, na esteira dos processos de redemocratização do país. Até o início dos anos 1980, havia um silêncio generalizado sobre o tema nas ciências humanas, conforme atesta Ramalho (1999, p. 6): “raríssimas obras (...) detiveram-se em estudar com maior profundidade o aspecto da vida”. Mais adiante, o autor reforça que a pesca artesanal ainda não foi “devidamente percebida e valorizada pelos estudos científicos da área das ciências Sociais” (FOX, 2010, p. 15).

Especificamente acerca do movimento de pescadores no Estado de Pernambuco, afirma esta autora que

Um dos primeiros estudos que procurou identificar e caracterizar os movimentos sociais de pescadores em Pernambuco foi desenvolvido por Callou (1986), considerando o período de 1920 a 1983. Esse pesquisador parte da metodologia proposta por Manuel Castells que, embora fosse utilizada para movimentos sociais urbanos europeus, lhe permitiu, à época, compreender os movimentos sociais dos pescadores a partir da observação concreta de sua forma, organização e de suas ações, contemplando três categorias de análise: configuração geral do movimento, dinâmica da mobilização e resultados alcançados (FOX, 2010, p. 15).

A autora menciona o estudo de Callou (1986, p. 210) chamando a atenção, ainda, para a forte influência “ideológica” exercida tanto pelo Estado, por meio da ação da Marinha, quanto pelo movimento das Ligas Camponesas e pela Igreja Católica, através do Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP, os quais “serviram prioritariamente a objetivos militares, políticos e religiosos”, respectivamente (FOX, 2010, p. 16).

Verónica del Pilar Proaño de Fox (2010, p. 17) fala de outro estudo “preocupado em revelar os movimentos sociais de pescadores no período de redemocratização do país foi organizado por Silva (1988). Encomendado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores, o livro sistematiza um conjunto de informações sobre a trajetória dos pescadores artesanais no Brasil Colônia e no Brasil Império. A finalidade é expor “por que transformações passaram os pescadores artesanais [...] para viverem a situação marginal em que se encontram superexplorados economicamente e supertutelados politicamente em suas colônias” (...) Fox discorre ainda sobre os aspectos políticos ligados à participação dos pescadores em “movimentos sociais de massa” ocorridos nos períodos estudados.

Na leitura da obra de Fox (2010) podemos perceber que as origens históricas da categoria dos pescadores se confundem com as de outros grupos socialmente sufocados, oprimidos e silenciados, a exemplo de escravos africanos, índios, camponeses e operários. Esta autora aponta alguns fatores, citando Silva (1988, p.193) que foram empecilhos na formação da consciência dos pescadores,

Dentre os fatores que Silva (1988) pontua como empecilhos na construção e formação de uma consciência específica da profissão pesqueira, entre os pescadores artesanais, estão: a natureza militar da regulamentação da profissão e, ainda, as precárias condições de vida e trabalho ao longo da história (FOX, 2010, p. 21).

Verónica del Pilar Proaño de Fox (2010, p. 18) faz observações importantes acerca do poder de participação dos pescadores em vários movimentos em outros momentos da história e ainda que eles,

(...) além de participarem de vários movimentos no período colonial e no Império, os pescadores tiveram um papel importante no processo de libertação dos escravos. Portanto, não devem ser vistos historicamente como comunidades isoladas, nem serem alvo de preconceito por parte dos órgãos de administração pública, do meio urbano e da própria mídia, que muitas vezes os enxergam e categorizam como um setor marginal, atrasado, uma peça do folclore nacional. (FOX, 2010, p. 18).

Neste trabalho estamos pensando os pescadores como sujeitos coletivos, organizados em movimento social em diferentes regiões do Brasil e o resultado dessa organização foi o MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores, como afirma Fox (2010, p. 20):

Na realidade, essa atitude política dos pescadores artesanais começa, segundo Ramalho (1999), a ser definida em 1988, com o movimento Constituinte da Pesca, que se articulou principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Com a participação de pescadores e lideranças, o movimento buscava a autonomia política e sindical, além de incentivar a campanha para a elaboração da Constituição Federal Brasileira. Como resultado dessa intensa mobilização, os pescadores artesanais conquistaram, no artigo 8º da Constituição - que trata sobre a livre associação profissional ou sindical - sua liberdade organizativa e autônoma, equiparando-se aos sindicatos e às próprias colônias de pescadores. Dessas ações nasceu o Movimento Nacional dos Pescadores. (FOX, 2010, p. 20).

O pesquisador Gohn *apud* Fox (2010, p. 45) define movimentos sociais como:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas [socioeconômicas e político-culturais] vivenciados pelo grupo em sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. (GOHN *apud* FOX, 2010, p. 45).

Em outras palavras, os movimentos sociais são fenômenos históricos, que decorrem de lutas sociais específicas. Na medida em que a sociedade civil e política muda, eles também se transformam (GOHN, 2004). Quanto à tipologia, a referida autora os agrupa em movimentos construídos a partir: 1) “da origem social da instituição que os apoia; 2) das características da natureza humana (sexo, idade, raça e cor); 3) de determinados problemas sociais; 4) da conjuntura política de uma nação (socioeconômica, cultural etc) e; 5) de ideologias” (FOX, 2010, p. 46).

Neste debate Fox (2010, p. 47) diz ainda que

(...) entende-se que os movimentos sociais de pescadores artesanais são processos político-sociais construídos como expressões coletivas de luta, resistência e poder de

pescadores, os quais a partir de seus interesses, conflitos e disputas, socioeconômicas e político-culturais, desenvolvem uma identidade coletiva – em forma de organização - que luta pela manutenção de seus bens materiais e simbólicos e pelo acesso irrestrito aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção, baseados em técnicas alternativas. Esses movimentos acontecem em relações de conflito e poder, entre os pescadores - como atores sociais de camadas populares - e o poder instituído do modo de produção capitalista (...) (FOX, 2010, p. 47).

Para além da organização política em movimentos, estudos históricos indicam que todo o litoral brasileiro foi habitado por comunidades tradicionais de pescadores, os quais, desde a colonização do Brasil, vivem numa situação marginal “superexplorados economicamente e supertutelados politicamente” (FOX, 2010, p. 60). Essa é uma característica marcante na história das ações dos pescadores em diferentes momentos.

Em estudo importante realizado por pesquisadores do Tocantins, os autores indicam que o objetivo principal do artigo é entender a situação da pesca profissional e dos pescadores a partir da análise das legislações nacionais que versam sobre a pesca no Brasil. Acrescentam ainda que o artigo foi pensado para auxiliar os diversos profissionais na conscientização multidisciplinar, sobre os problemas que tratam a atividade da pesca e a proteção jurídica concedida à prática humana e comercial de subsistência ou exploração comercial (MARQUES, MIRANDA; SOARES, 2021, p. 4).

Eles argumentam que a origem da regulamentação das ações de pesca no Brasil ocorreu na década de 1840. Foi nesse período que se iniciou a mobilização para a criação das Capitânias dos Portos em diferentes pontos do Brasil. Dizem ainda que esse processo se justificaria pelo estado de guerra e a necessidade de se manter a integridade do Império, tendo em vista que naquele contexto o Brasil tinha poucas estradas, e o transporte de munições e exército se dava majoritariamente por mares e rios, dando, portanto, centralidade à Marinha de Guerra.

Esses autores apresentam um contexto histórico que situa a exploração da pesca no Brasil no quadro das contradições presentes na história da formação política, social e econômica do Brasil. Neste sentido, a busca pela exploração da pesca ocorre no quadro do,

(...) ambicioso projeto nacional de modernização, porém incompatível com o quadro social e econômico, pautado no trabalho escravizado, na produção agrícola monocultora, dependente do mercado externo, e na propriedade da terra centrada no latifúndio. O campo e as cidades brasileiras eram marcados por profundas contradições. Nesses espaços coexistiam multidões de homens e mulheres marginalizados do processo produtivo agroexportador (Mello, 2011). Esta era a representação da realidade histórico-social nacional antes do desenvolvimento da indústria da pesca no Brasil (MIRANDA; MARQUES; SOARES, 2021, p. 5-6).

Assim, tomando como referência o estudo de Marques, Miranda e Soares (2021), apresenta-se um quadro da legislação sobre a pesca no Brasil, seguindo a organização temporal e normativa indicada por esses autores no artigo “A Legislação Brasileira sobre a pesca: Repetição de padrões”, publicado em abril de 2021. Nosso objetivo não é realizar uma análise detalhada do impacto de cada mecanismo legal para a pesca, os pescadores e os recursos naturais em diferentes períodos da história brasileira, mas situar e compreender alguns aspectos desse debate.

Acompanhando a história dessa legislação, podemos perceber como o Estado brasileiro tem manipulado, a seu favor, os interesses e problemas relacionados à pesca. Ao mesmo tempo fica evidente o processo de dominação e expropriação sobre os/as pescadores/as desde as origens dessa prática, do ponto de vista de sua organização para o mercado. No quadro a seguir colocou-se o número do instrumento legal, o ano de sua aprovação e sua natureza, a matéria sobre a qual tratou esse documento, bem como a respectiva página no artigo dos pesquisadores.

Quadro 3. Legislação Brasileira sobre a pesca: das origens aos dias atuais.

| LEGISLAÇÃO | PERÍODO/ANO | NATUREZA |
|-------------------|--------------------|---|
| Decreto nº 447 | 1846 | Regulamentava a Capitania dos Portos e previa a matrícula e fiscalização de todos os indivíduos empregados na vida do mar (incluindo os pescadores). Ou seja, para exercer a atividade de pesca era exigido de o trabalhador matricular-se na Capitania dos Portos e pagar uma taxa (p.5) |
| Lei nº 2.544 | 1912 | Define o orçamento do Governo Brasileiro para o ano de 1912 e autoriza a desenvolver a indústria da pesca através do Ministério da Agricultura. A pesca deixa de ser assunto exclusivo da Marinha (p.6) |
| Decreto nº 16.184 | 1923 | Regulamentou a pesca como atividade marítima e fluvial, subdividiu em várias categorias e os pescadores em pescador de profissão e pescador amador. Manteve a obrigatoriedade do pescador se matricular nas Capitânicas dos Portos e anuncia a possibilidade da criação de colônias de pescadores (p.6) |

| | | |
|----------------------|------|--|
| Lei nº 23.672 | 1934 | É o primeiro Código de Caça e Pesca. Documento mais organizado sobre a pesca até 1930. Cria o termo Pescador profissional. O Estado continua tendo o controle sobre a pesca e os pescadores, que são obrigados a se associarem em Colônias de Pescadores e Federações Cooperativas de Pescadores instituídas pelo Estado (p. 8). |
| Decreto-Lei nº 291 | 1938 | Criava a indústria da pesca e derivados e instituiu uma taxa, denominada “Expansão da Pesca” para desenvolver a indústria e amparar a classe dos pescadores (p. 9). |
| Decreto-Lei nº 794 | 1938 | Aprovou o Código de Pesca, manteve a atividade junto ao Ministério da Agricultura, mas com vínculo no Ministério da Marinha (p. 9). |
| Decreto-Lei nº 2.655 | 1940 | As autoras indicam que essa foi a década das políticas assistencialistas. Nas referências bibliográficas do estudo aparecem vários decretos que concedem diferentes auxílios aos pescadores. Esse Decreto-Lei 2.655 concede auxílio de duzentos contos de réis às colônias de pescadores (p. 11). |
| Decreto nº 50.872 | 1961 | Cria o Conselho de Desenvolvimento da Pesca, subordinado ao Presidente da República. Tinha finalidade assistencialista e de desenvolvimento da indústria pesqueira (p. 11-12). |
| Lei Delegada nº 10 | 1962 | Instituiu a SUDEPE-Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Uma Autarquia Federal sediada no Rio de Janeiro e tinha a finalidade de desenvolver a indústria da pesca (p. 12). |
| Decreto nº 51.868 | 1963 | Criou um grupo de trabalho, ligado à Presidência da República e dirigido pelo Ministério da Agricultura e tinha por finalidade propor políticas públicas para o desenvolvimento da pesca no Brasil (p. 12-13). |

| | | |
|--|------|---|
| Decreto-Lei nº 221 | 1967 | Instituiu o Código de Pesca de 1967, definindo medidas de proteção e estímulos à pesca. Classificou a pesca como: comercial, desportiva e científica. Esse é um período que acirra o controle sobre os recursos, o pescador e as embarcações (p. 13-14). |
| Década de 1980: as políticas ambientalistas Lei nº 6.938 | 1981 | Instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Volta-se para pensar o desenvolvimento humano em articulação com a proteção da qualidade ambiental (p. 15) |
| Constituição Federal | 1988 | Está presente na CF artigos específicos que tratam dessa matéria, dentre eles: os artigos 8, 21, 225. São mecanismos legais importantes, como o que afirma o art. 8º em seu inciso I: “A lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”. (p.15-16). |
| Lei nº 7.735 | 1989 | Extinguir a SUDEPE e instituiu o IBAMA (p. 16) |
| Lei nº 9.605 | 1998 | Criou a Lei de Crimes Ambientais que disciplina as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. É nesta lei que estão previstas situações específicas relacionadas a pesca (p. 17) |
| Medida Provisória nº 103 | 2003 | Cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e o Ministério da Pesca e Aquicultura (p. 17) |
| Decreto nº 1.694 | 2003 | Criou o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura, com o objetivo de sistematizar e disseminar informações sobre o setor visando o comércio a inclusão do país no mercado mundial de pescado (p.18) |
| Decreto nº 5.069 | 2004 | Instituiu o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, com a finalidade de propor políticas públicas |

| | | |
|------------------|------|---|
| | | para o desenvolvimento da pesca no território nacional (p. 18) |
| Lei nº 11.959 | 2009 | Cria a Política Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca, com o seguinte discurso: “desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura como fonte de alimentação, emprego e renda; conservação da biodiversidade; desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional das comunidades que exercem a atividade pesqueira” (p. 19). |
| Lei nº 13.266 | 2016 | Neste período houve uma reforma administrativa que extinguiu 8 ministérios, 30 secretarias, 3 mil cargos em comissão e redesenhou as pastas que foram mantidas. Extinguiu o Ministério da Pesca e Aquicultura e volta o setor pesqueiro para o Ministério da Agricultura (p. 20). |
| Decreto nº 9.004 | 2017 | Transferiu a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura para o Ministério da Indústria (p. 20) |
| Decreto nº 9.330 | 2018 | Transferiu a Secretaria de Pesca para a Secretaria Geral da Presidência (p. 20) |
| Decreto nº 9.667 | 2019 | Fez a reestruturação do Ministério da Agricultura e criou a Secretaria de Aquicultura e Pesca (p. 20). |

Fonte: Adaptado pelo autor (2021).

Chamo atenção para algumas questões junto com o debate de Marques, Miranda e Soares (2021), especialmente para o período da década de 1930 em relação a Lei nº 23.672 de 1934 e o Decreto Lei nº 794 de 1938 que trazem o debate da continuidade da relação autoritária do Estado com os pescadores, como indica esse estudo.

O pescador profissional continuava sendo obrigado a fazer parte de uma colônia no local em que residia (BRASIL, 1938 b, art. 8º). Todas as colônias de um mesmo estado formavam uma Federação (BRASIL, 1938 b, art. 10). E todas as federações estaduais e colônias do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro formavam a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, com sede e foro na Capital da República (BRASIL, 1938 b, art. 11). Todas essas organizações estavam sujeitas à fiscalização do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1938 b, art. 11) e ainda eram

regidas por um estatuto elaborado pela Confederação Geral dos Pescadores, mas sujeitos à aprovação do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1938 b, art. 12). (MARQUES, MIRANDA & SOARES, 2021, p. 9).

Verónica del Pilar Proaño de Fox (2010) discutindo sobre a formação das colônias de pescadores diz que

(...) na formação da primeira colônia de pescadores, a Nova Ericeia, em Santa Catarina, nota-se uma imposição do Estado. A tentativa de criar uma vila de pescadores para fomentar a atividade pesqueira acabou não dando certo porque o governo desconsiderou as aspirações dos pescadores. A colônia tornou-se mais um departamento da Marinha Portuguesa, que à época administrava a entidade a revelia dos interesses concretos de seus 101 fundadores que sobreviviam unicamente da pesca. (FOX, 2010, p. p. 61).

Outo elemento importante no debate e que apresenta alteração significativa em relação à categoria dos pescadores é a Lei nº 11.959, de 2009 que criou a Política Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca. Esse mecanismo legal traz mudanças significativas para a pesca e os pescadores, pois altera a natureza do trabalhador que vive da pesca, como mostra Marques, Miranda e Soares.

Assim a pesca foi classificada em duas grandes categorias: comercial e não comercial. Dentro da categoria de pesca comercial estão presentes a pesca artesanal e a pesca industrial. E dentro da categoria de pesca não comercial estão a pesca científica, amadora e de subsistência. A pesca artesanal e a industrial são assim definidas pela Lei de Pesca: Artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; Industrial: quando pratica por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial (MARQUES, MIRANDA; SOARES, 2021, p. 19).

Como veremos mais adiante neste trabalho, essa legislação tem implicação direta nas ações da Colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins – TO pois majoritariamente o conjunto dos pescadores associados pratica a pesca artesanal, e segundo a Lei 11.599 de 2009, pesca artesanal é aquela praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte, que é o caso dos associados da Colônia de Pescadores de Miracema.

Isso só reforça o fato de hoje,

No século XX, a história dos pescadores artesanais brasileiros e, conseqüentemente, dos pernambucanos continua atrelada às ordens do Estado, através da Marinha de Guerra. Embora tivessem sido realizadas várias tentativas de organizar e regulamentar

a categoria, como relatado anteriormente, a Marinha conseguiu realmente controlar as áreas costeiras e os pescadores, a partir de 1919. As Colônias de Pesca, “serviram de instrumento para as classes socialmente dominantes controlarem e segregarem os pescadores artesanais, considerando-os enquanto reserva naval, sentinela avançada da Marinha brasileira” (FOX, 2010, p.63).

Outro aspecto importante apontado por Fox (2010, p. 61-62), é que os pescadores tiveram participação importante em conflitos mais amplos da sociedade brasileira e isso aponta que, do ponto de vista político, enquanto movimento organizado, os pescadores souberam tomar consciência de seus problemas, mas também fizeram e fazem a leitura dos problemas de outras categorias pobre na sociedade. A citação é longa, mas vamos reproduzi-la aqui.

Os pescadores participaram “de conflitos importantes, como foi o caso da guerra do açúcar, a guerra contra os holandeses e ainda, a guerra da independência da Bahia”. Diz ainda que foram, “sobretudo os pescadores, através dos conhecimentos de navegação, inerentes á sua atividade, que determinaram os resultados dos conflitos”. (...) O amadurecimento do nível de consciência da categoria só aconteceu nos dois grandes movimentos de massa, ocorridos durante o Império: a Cabanagem do Pará e o processo de abolição dos escravos no Ceará. Neles a participação efetiva dos pescadores, mais consciente que em outros movimentos sociais vistos anteriormente, é inequívoca. Esses fatos demonstram que os pescadores lutaram ao longo da história do Brasil junto ao povo oprimido ou mesmo ao lado das elites, “quando sentiram que sua participação era tão oportuna quanto necessária à vitória de várias causas fundamentais para o destino de toda a sociedade”. No Nordeste, por exemplo, na luta contra os holandeses, em Pernambuco, e na Bahia contra os portugueses, os pescadores foram o único grupo coeso e organizado (CCFD, 1997). Além disso, tiveram relevante participação na luta abolicionista simbolizada pelo grito dos pescadores do Ceará: “*Não se embarca mais escravos!*”. Sua resistência contra o governador e o exército levou esse estado a ser o primeiro a abolir a escravidão. O episódio ficou marcado na memória da categoria pela participação do pescador Francisco José do Nascimento, mais conhecido como “Dragão do mar” (CCFD, 1997). Nesse processo de luta e formação da consciência da categoria, é possível incluir ainda a chamada *Revolta da Chibata*, no período republicano, que figura nos livros escolares como sendo de marinheiros, sem evidenciar que a maioria dos combatentes eram pescadores recrutados compulsoriamente pela Marinha. (FOX, 2010, p. 61-62).

De acordo com Fox (2010, p. 64) “a Confederação Nacional dos Pescadores do Brasil foi criada em 1920, mas os pescadores continuaram sendo alvo de forte manipulação e autoritarismo, prejudicando o desenvolvimento de uma “relação autônoma e democrática com o Estado e, acima de tudo, com sua própria entidade”.

Esta autora diz ainda que em 1958 os pescadores artesanais de Pernambuco participaram do I Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco. Para essa autora,

O encontro nasceu do interesse do interesse das Ligas em unifica os interesses das três categorias: os camponeses e trabalhadores rurais, os operários urbanos e os pescadores artesanais. Que embora tenha sido infrutífero do ponto de vista da mobilização direta dos pescadores, foi grandemente importante na formação indireta dela, pois contribuiu

para a tomada de consciência de vários pescadores pernambucanos em relação à sua própria atividade. Tão importante, que pela primeira vez na história social da pesca de Pernambuco [...], os pescadores mobilizaram uma greve, tomaram a Federação das Colônias e eclodiram outros movimentos, sem as escoras, sem os silêncios e sem as manipulações que até então caracterizaram os seus movimentos sociais (FOX, 2010, p. 66).

Verónica del Pilar Proaño de Fox (2010) lembra que os pescadores, embora buscassem a luta política mais ampla no sentido de disputar espaços de poder e de representação de seus interesses, também estavam preocupados com questões práticas voltadas para o cotidiano mais próximo da pesca, como

(...) o combate a poluição dos rios que serviu como pano de fundo para os primeiros levantes de pescadores pernambucanos, em meados dos anos 1960. Isso porque, segundo Callou (1986), a degradação dos recursos hídricos por despejos provenientes de destilarias de álcool das usinas de açúcar já vinha ocorrendo no Estado desde a década de 1950. Essa destruição ambiental trouxe consequências desastrosas para os pescadores, primeiro, porque reduzia o potencial pesqueiro de vários cursos de água e, segundo, porque substâncias corrosivas, como a soda cáustica, destruíam os apetrechos de pesca, inclusive as canoas, além de colocar em risco a própria saúde dos pescadores (FOX, 2010, p. 75).

Diz ainda que,

Apesar dessas ações isoladas, o processo de organização e luta dos pescadores somente ganhou fôlego no final dos anos 1960 e, em toda a década de 1970, principalmente devido ao apoio do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Para autores como Callou (1986, 2006), Diegues (1995), Ramalho (1999) e Silva (1988, 2004), o trabalho dessa entidade redefiniu a vida política da categoria, que, além de pressionar e exigir um maior comprometimento de seus dirigentes e entidades de representação (colônias de pesca, confederação e federações), aumentou o escopo de suas demandas. Sobre as ações da Pastoral da Pesca, Ramalho (1999) comenta: O trabalho de mediação realizado pelo CPP fez com que a categoria se insurgisse contra as relações de poder impostas pelo Estado ao dar um potencial organizativo às formas de resistência e de luta dos pescadores e pescadeiras, em diversas regiões nordestinas. A presença desses mediadores é primordial para qualificar, organizar e, de certa maneira, definir o processo de construção sócio-política das camadas populares na nossa sociedade (FOX, 2010, p. 71).

Essa autora argumenta que no início da década de 1990, o Movimento Nacional dos Pescadores passou a reunir, periodicamente, em diversos estados, lideranças de pescadores,

(...) com a finalidade de democratizar as colônias, fazer valer conquistas realizadas na Constituição, lutar pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores artesanais e que o objetivo maior do MONAPE era organizar a categoria para ocupar espaços de representação nas colônias, federações e confederação (FOX, 2010, p. 86).

Verónica del Pilar Proaño de Fox (2010, p. 89) diz que essa “capacidade de criar e gerenciar uma agenda própria sugere que o MONAPE estava apto, como sugerido por Gohn

(2003) ao estudar movimentos sociais nos anos 1990, a intervir na realidade das comunidades pesqueiras e do país”. E que neste sentido em Pernambuco,

(...) a coordenação do MONAPE visitava regularmente pescadores desse estado e de todo o país, visando “conhecer melhor sua realidade e estreitar contatos com a base e pessoas com capacidade de liderança, interessados em levar adiante os trabalhos do movimento, objetivando formar comissões estaduais” (MONAPE, 1994, p. 15). A partir dos dados colhidos nessas viagens, o movimento procurava mobilizar os pescadores, realizar diagnósticos da realidade social da categoria e construir propostas. A coordenação do MONAPE realizou inúmeras viagens pelo país que além de seu caráter mobilizador serviram para se ter um quadro mais aproximado da realidade dos pescadores brasileiros e de seus principais problemas [...] essas viagens tiveram como principal objetivo para o movimento ter a clareza da realidade em que se encontram os pescadores, tendo em vista a grande diversidade de situações em que os mesmos se encontram (FOX 2010, p. 98).

Importante também neste contexto é o que aponta Silva (2004):

É ilustrativo nessa direção o fato de que são as regiões Norte e Nordeste aquelas onde as colônias de pescadores têm maior representatividade política e melhor organização. Nestas regiões, as colônias e muitas federações estaduais já são dirigidas por pescadores [...] desde início da década de 1980. Não por acaso, predomina nestas áreas a pequena pesca, efetuada por pescadores independentes ou por róis articulados por um mestre ou por um proprietário de embarcação. (SILVA, 2004, p. 72).

Isso se articula com o que Fox (2010) argumenta, citando várias regiões e estados onde a organização do MONAPE está ocorrendo naquele contexto, citando inclusive o Estado do Tocantins.

No final da década de 1990, as dificuldades de articulação nacional aliadas à difícil situação econômica do MONAPE levaram representantes dos estados de Pernambuco, Alagoas, Amapá, Bahia (litoral e região do São Francisco), Ceará, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins a transformá-lo em pessoa jurídica, durante o I Seminário do Conselho Deliberativo do MONAPE, em fevereiro de 1999. O boletim informativo *A Voz dos Pescadores* relata o acontecimento da seguinte forma: Outras finalidades da associação diziam respeito a: 1) elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos e programas de desenvolvimento em parceria com órgãos oficiais; 2) participação das populações de pescadores no planejamento, monitoramento e execução de políticas de desenvolvimento em parceria com órgãos oficiais; 3) promoção da capacitação e formação profissional de pescadores e pescadoras, através de diversos tipos de eventos, mirando a divulgação e ampliação do MONAPE; 4) contrair convênios e/ou contratos com entes privados ou públicos nacionais ou internacionais (FOX, 2010, p. 139).

Em todas as regiões do país e os diversos segmentos de trabalhadores no Brasil quando se organizam politicamente na defesa de seus direitos têm conquistas importantes. Fox levanta algumas conquistas do MONAPE, dizendo que,

Ao longo de 19 anos de atuação, o MONAPE teve importantes conquistas que direta ou indiretamente resultaram de seu trabalho e de suas ações coletivas, tais como: 1) a tomada da direção de órgãos representativos da categoria (colônias, federações,

confederação) por parte dos pescadores artesanais; 2) a incidência da categoria na discussão e criação de benefícios sociais específicos para trabalhadores e trabalhadoras do mar; 3) *a criação de compensação ambiental (seguro defeso)*; 4) a participação e incidência no processo de criação de diversas reservas extrativistas; 5) *a mobilização e capacitação de algumas lideranças e pescadores artesanais no Norte e Nordeste do país*; 7) a participação das principais lideranças do MONAPE em importantes fóruns, grupos de trabalho e conselhos governamentais.

Todavia, essas vitórias se restringiram a uma determinada região do país, sendo tímidas perante as demandas dos pescadores artesanais brasileiros, que continuam vivendo em um contexto de desvalorização de seu trabalho e modo de vida por parte do Estado e da própria sociedade, levando-os a uma situação de exclusão social e pobreza, principalmente no Norte e Nordeste do país (FOX, 2010, p. 178). (Grifo meu).

O MONAPE tem forte ação no Nordeste, especialmente em Pernambuco, mas a literatura aponta que houve um intenso trabalho de lideranças do movimento, em outras regiões do país, inclusive no Tocantins, no sentido de instituir espaços de lutas pelos interesses dos pescadores artesanais. Parte dessas ações culminou com a criação de colônias de pescadores. Na próxima seção apresenta-se o processo de criação, as ações e práticas educativas de uma dessas colônias, a Colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins – TO). Em um segundo momento, mesmo que brevemente, algumas reflexões no sentido de tecer articulações existentes entre a Colônia de Pescadores de Miracema e o MONAPE.

SEÇÃO IV

4 EDUCAÇÃO NA COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS Z-16 DE MIRACEMA DO TOCANTINS E TOCANTÍNIA - TO - COPEMITO

Nesta seção nosso objetivo é apresentar a COPEMITO - Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia - TO, como um movimento social, que instituiu, no bojo do debate político e das lutas pela profissionalização dos pescadores no âmbito do MONAPE, saberes sociais, práticas pedagógicas e econômicas importantes no contexto da defesa dos direitos de seus integrantes. Mas também suas algumas contradições desse processo.

Do ponto de vista metodológico procurou-se fazer isso a partir de dois movimentos. O primeiro foi procurar reconstituir a história da COPEMITO, a partir do estudo de documentos, da observação de registros fotográficos, bem como da escuta de pessoas que fizeram parte desse processo. Aqui foram fundamentais as informações prestadas pela Diretoria da COPEMITO.

Articulado ao primeiro, fez-se também entrevistas com pescadores e pescadoras que estiveram diretamente envolvidos no processo de constituição da entidade, no sentido de identificar ações educativas presentes nas práticas da Colônia, mas também pessoas que já pescavam muito antes da existência da colônia. Sejam ações voltadas para o interesse imediato dos pescadores, sejam aquelas oriundas das contribuições de parceiros que participaram desse processo e com uma expressão mais ampla do ponto de vista prático do seu significado.

4.1 A COPEMITO: Colônia de Pescadores Artesanais Z16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia -TO

Quando olhamos para a história vemos que a relação do ser humano com as águas e especificamente com a possibilidade de encontrar nelas seu sustento, não é nova. Tommiasi e Marques (2018, p. 14) indicam que em diferentes períodos históricos e para diferentes civilizações,

A pesca foi desenvolvida como uma das primeiras atividades de caça, datada desde o período neolítico, como apontam evidências arqueológicas sobre o uso de conchas para artesanato e cerâmica. Foi verificada sua presença no Império Romano, no Egito antigo e outras civilizações. Na Idade Média, tornou-se uma importante atividade produtiva, quando se formaram os primeiros aglomerados de pescadores e marinheiros. (MARQUES, 2018, p. 14).

Sabemos que uma sociedade que organiza sua economia com base na lógica capitalista, exige que todas as práticas sociais geradoras de bens materiais, inclusive no caso da pesca, sejam articuladas ao modelo empresarial e renda lucros para os participantes, especialmente os proprietários dos meios de produção. Por outro lado, também podemos perceber que essa lógica capitalista, embora seja global, não tem dado conta de extinguir a possibilidade de relações de produção que não se adequam totalmente com a lógica do mercado.

No caso da pesca artesanal, e é o caso da COPEMITO, embora haja relação com o mercado, venda de produtos, não há relação de exploração de mão de obra via trabalho assalariado, pelo menos no caso da Colônia objeto desse estudo, haja vista que o trabalho é realizado no âmbito da família. Tommiasi e Marques (2018), afirmam que

O modelo empresarial, contudo, representa uma enorme cisão quanto ao modelo de pesca artesanal, normalmente realizado por pescadores, familiares e amigos, principalmente no que diz respeito à sua organização: a pesca de longo curso exige a ausência de casa do pescador por um período prolongado, o que limita sua capacidade de mobilização como classe e a possibilidade de recorrer a ajuda, pulverizando a sua resistência (TOMMIASI; MARQUES, 2018, p. 15).

Antes de demarcar aqui alguns aspectos da história da formação da COPEMITO considera-se necessário informar que não foi a Colônia que inventou a pesca em Miracema do Tocantins e Tocantínia - TO. Alguns pescadores relatam sobre a pesca em período anterior a fundação da Colônia, como nestes relatos abaixo: primeiro, o pescador JMRC, de 43 anos de idade que nasceu em Miracema que na época pertencia ao estado de Goiás, e diz que pesca por aqui desde os 7 anos com seu pai, que já faleceu:

Antes da barragem a pescaria era muito boa. Pouca gente pescava de rede. A maioria pescava com pequenas canoas de madeira, tocada a remo. Era no braço. Era muito difícil vê uma canoa com motor. Tinha muito peixe: barbado, jaú, cachorra, curvina, surubim, filhote. Pescava para o consumo. Vendia alguma coisa. Ninguém tinha geladeira. A geladeira era o sol que secava os peixes. Quem mais comprava era os donos de restaurante na cidade. Havia vários locais, pontos de pesca no Rio Tocantins: a região do funil, a região do gorgulho, a região dos pilões. Ali onde está o paredão da barragem do Lajeado era lugar muito bom de pegar peixe de coro: jaú, filhote, surubim, piabanha, dourado de escama e de couro. No período de setembro em diante, quando começava a chover, subia os cardumes de peixe de couro e de escama, para a desova na região entre os dois funil que existe a abaixo da barragem num lugar chamado lago do guerra. Ali tinha muito peixe. Até piroasca grandão tinha ali. Meu pai contava história que nos anos de 1970 pegava os peixe grande era de linha de espera: jaú de 30 a 60 kilo. Meu pai contava que já pegou piraibão de 120 kilo. Eu já peguei jau de 50 kilo ai nesse funilão. Bicho valente é igual segurar boi numa linha. Dividia com os vizinhos, vendia algum pedaço, comia e tomava umas cana. Agora depois dessa barragem o peixe sumiu. (ENTREVISTA COM PESCADOR JMRC, NOVEMBRO DE 2021).

O relato feito pelo pescador, transcrito acima, é rico de detalhes sobre a pesca antes da fundação da Colônia. Além de indicar as espécies mais capturadas, os locais de pescas, menciona também outras questões importantes e que indicam contradições vividas pelos pescadores: fala da captura de peixes de couro, fala da subida dos cardumes, que na verdade é o tempo da desova, mas também fala das dificuldades com as canoas de madeiras, da falta de acesso a energia elétrica e a dificuldade para a conservação do peixe. Talvez até por isso, havia uma dinâmica de solidariedade maior entre vizinhos no processo de consumo do pescado.

Algumas dessas questões também são apontadas por pescadores que já pescavam antes da Colônia, mas que fazem parte dela. Como aparece nestes relatos de dois pescadores. O pescador WGS de 57 anos, morador de Miracema do Tocantins - TO, diz o seguinte:

Eu pesco desde 1982, comecei a pescar com 19 anos de idade junto com meu pai, pescava para vender e para comer, e, desde de início sempre tive traia de pesca, sempre vendi peixe e vendi bem. Hoje em dia vivo da pesca. E, vejo que com o passar do tempo o peixe diminuiu muito, não só no rio mais no lago também. Os peixes que pescava quando comecei eram “peixes de lei” eram pacu, caranha, piabanha, piau cabeça-gorda, dourada de couro, e filhote. Hoje em dia faço em média de duas a três pescas por mês no lago. Daria para fazer mais se as despesas não fossem tão altas, principalmente despesas com petróleo e gelo. Minha renda gira em torno de 1 salário e meio. E os peixes mais pescados hoje em dia são mampará, curimatá, cará, curvina e dourada de escamas. (ENTREVISTA COM PESCADOR WGS, NOVEMBRO DE 2021).

No relato desse pescador fica claro que a pesca é uma atividade econômica, “pescava para vender e para comer”. Hoje como integrante da Colônia, deixa claro que vive da pesca. Anuncia as espécies de peixe que mais capturados no passado e hoje e informa a renda que consegue produzir com o trabalho da pesca, mas ao mesmo tempo coloca as dificuldades para fazer seu trabalho de pescador e articula esse processo com elementos que definem os custos do trabalho e da alimentação no Brasil, como é o caso do custo dos combustíveis e energia elétrica.

Outro pescador, o senhor JML de 56 anos, residente em Miracema do Tocantins - TO e que pesca desde criança, faz relato semelhante, como vemos a seguir:

Pesco desde os oito anos de idade com meu pai, onde na canoa eu segurava a gaia de pau, para meu pai pegar curvina, sentava em cima da gaia jogava linha e já pegava peixe. Nós éramos ribeirinhos, vivíamos de vazante e pesca, trazia o peixe seco e vendia nas cidades, pois na época não tinha freezer e nem gelo. E na volta da cidade comprava as coisas que não tinha na roça pra comer. Os peixes que mais pegava na época eram curvina, pintado, barbado, filhote, pacu, caranha, piabanha e vendia tudo. Eu pesco no rio e no lago, uso tarrafa, rede e espinhel. Faço em média três pescadas por mês, e minha renda é em torno de R\$1.500 reais por mês. Já em relação a quantidade de peixe no rio vejo que diminuiu bastante e os peixes que mais pega hoje são mampará, curimáta, dourada de escama, pirco, cará, curvina e os cuiu-cuiu. (ENTREVISTA COM PESCADOR JML, NOVEMBRO DE 2021).

Podemos ver que os relatos, ou seja, a experiência do trabalho com a pesca não começa com a organização da Colônia e é realizada em articulação com o aprendizado de uma prática humana que pode gerar acesso a um meio de produzir a vida, mas também ocorre a partir dos saberes que a família, através do pai já troca com o filho no processo da pescaria. No relato descrito acima chama atenção que esse pescador fala da identidade da família afirmando sua relação com a terra e a água (o peixe): “Nós éramos ribeirinhos, vivíamos de vazante e pesca, trazia o peixe seco e vendia nas cidades, pois na época não tinha freezer e nem gelo”.

Muito antes da existência de uma política de incentivo do Estado Brasileiro para a organização e formação de colônias de pescadores, comunidades inteiras, nas diferentes regiões brasileiras, já efetivavam essa prática humana de extrair da natureza, no caso da água, concebida como um bem público que pertence a todos, alimento para a sua sobrevivência, bem como a possibilidade de efetivar processos de comercialização ou trocas visando a reprodução do grupo humano que realizava essa atividade.

Aqui em Miracema do Tocantins e Tocantínia - TO não é diferente. Aliás, se olharmos o processo histórico, cultural, econômico, de ocupação do espaço e formação desse território que hoje denominamos de Tocantins, podemos verificar que as primeiras povoações que deram origem a muitas das cidades que temos hoje, tiveram suas origens nas margens dos cursos de água existentes neste território.

Discutindo o processo de ocupação desse território, Lira *apud* Nascimento (2013, p. 1650) afirma que:

O processo histórico de ocupação humana e urbanização da área que compreende o estado do Tocantins foi provocado pelos ciclos econômicos e que o processo de urbanização se desenvolveu de acordo com o ciclo econômico que viveu historicamente a região do atual estado do Tocantins. (LIRA *apud* NASCIMENTO, 2013, p. 1650).

Embora a ideia de ciclo econômico seja fruto de um olhar colonizador que diz que tudo tem sua origem no econômico, compreendemos que a busca pelas condições para resolver problemas próprios da existência humana, não podem ser regulados somente pelo econômico. Esse autor informa ainda que na medida em que os ciclos econômicos foram se esgotando e tendo em vista a fome da Corroa portuguesa pelo ouro e outros minerais, a população pobre teve que encontrar alternativas de sobrevivência. Uma dessas possibilidades foi a criação dos povoados nas margens dos rios, como afirma Nascimento (2013)

Apesar de ter sido um período longo, trouxe poucas alterações na configuração da distribuição de densidades territorial, a população ficou dispersa pelo sertão, com uma ocupação muito irregularmente distribuída, ele cita como exemplo o surgimento de

Araguatins, Araguacema, Tocantinópolis, Tocantínia, Pedro Afonso e Peixe, localizados estrategicamente às margens dos rios, servindo de entrepostos comerciais (...). Soma-se ainda Paranã (Vila da Palma) criada oficialmente em 1815 pela Coroa, para ser sede da Comarca e que também ficava na beira do rio. (NASCIMENTO, 2013, p. 1651).

Margeando os dois grandes rios que cortam o estado (o Araguaia e o Tocantins) existem inúmeras cidades que o ponto fundamental de sua origem no passado está articulado com a importância do rio numa região, em que naquele contexto, o estado não investia em estradas e, por outro lado, as terras de vazantes que margeiam os rios são férteis para a agricultura, bem como o fato desses rios oferecerem fartura de peixe, como alimento para a população. Miracema do Tocantins e Tocantínia - TO, não estão isentas desse processo em suas origens, além de outros elementos.

As informações prestadas pela Diretoria da Colônia foram importantes para o entendimento da história dela. Indagando sobre as origens, informações importantes:

As colônias de pescadores existentes no Tocantins, obedeciam até o ano de 2003 a Portaria do IBAMA 1355/1989. A partir da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Escritório da SEAP/PR em Palmas foi instalado em março de 2003, tendo como primeiro Chefe de Escritório o Sr. João Palmeiras Junior, durante o ano de 2003, quando foram realizados os primeiros contatos com os pescadores da região. Em março de 2004 o Sr. Jozafá Ribeiro Maciel assumiu a Chefia do Escritório da SEAP/PR/TO e tendo o entendimento de que a Portaria 1355/1989, havia duplo entendimento na interpretação *começou a trabalhar com os pescadores da região*.

Especificamente na região de Miracema do Tocantins e de Tocantínia as primeiras reuniões aconteceram em 2004, sendo a primeira na Secretaria Municipal de Agricultura de Tocantínia. Em maio de 2004, a convite do Vereador de Miracema do Tocantins, Herlan Torres, foi realizada a primeira reunião no município, na residência do Sr. Francisco Rosado conhecido como Chicão, no setor Olaria em Miracema, onde estavam presentes aproximadamente 30 pescadores e o Chefe do Escritório da SEAP/PR/TO (MPA) da Pesca no Tocantins Sr. Jozafá Ribeiro Maciel. Nesta reunião foram preenchidos os primeiros requerimentos de registros de pescadores da região de atuação da atual Colônia COPEMITO, junto ao Ministério. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

Destacam-se aqui alguns elementos pertinentes nesta leitura realizada pela Direção da Colônia ao falar acerca das origens. Primeiro, o tempo histórico, pois é informado ali duas referências temporais de movimento de criação da colônia: 2003 e 2004. Uma segunda referência é o fato de vermos ali citados os nomes de autoridades eleitas e ou que naquele momento ocupavam cargos de governo no âmbito da união e de municípios, com responsabilidades relacionadas ao setor da pesca. Por outro lado, fica muito evidente que o movimento que deu origem à criação da colônia de pescadores é fomentada por essas

autoridades, a partir da percepção de que há uma política de incentivo do governo federal para o setor da pesca.

Considera-se importante considerar aqui que essas ações, embora incentivadas por órgãos de governo, também estão articuladas pelas ações do MONAPE em várias regiões brasileiras e, portanto, aqui também. Verifica-se que uma das questões que está na pauta do movimento, e que é exigência do estado, é a legalização do/a pescador/a associando-se e tendo a autorização do estado para realizar a pesca recebendo a carteira de pescador, como é dito pela representante da diretoria da colônia:

As primeiras carteiras entregues para os pescadores de Miracema do Tocantins e Tocantínia aconteceram somente no mês de setembro de 2004, entre estes pode-se citar: Juracy, Bonfim, Nira, Johnny, Raimunda, Maria Gomes, Raimundo Pereira (P.A. Brejinho), João Mendes, Juvenal entre outros. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

Questão importante a ser pontuada aqui quando se verifica menção aos nomes dos primeiros pescadores que tiveram acesso a carteira de pescador. Não são somente os homens que estão envolvidos neste processo. São citados nomes de mulheres pescadoras e de pescador originário de assentamento de reforma agrária. O que confirma que a luta do movimento nacional dos pescadores (MONAPE) está articulada com a busca de solução de outros problemas da população pobre. Em relação à participação das mulheres na Colônia, informa ainda que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, realizou em 2004 “o Primeiro Encontro das Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura. O grupo de Miracema participou com uma Delegada e um Delegado. A Pescadora Alzenira Gomes Peres, conhecida como Nira foi eleita Delegada para a etapa Nacional que ocorreu em Brasília no final de novembro”.

Essa mobilização inicial e a participação em eventos juntos com outros pescadores de outras regiões permitiu dar o passo de formalização da instituição em Miracema do Tocantins - TO, como descreve a representante da Diretoria da Colônia, que é fundada em janeiro de 2006.

No dia 12 de fevereiro de 2005 foi realizada no Plenário da Câmara Municipal de Miracema do Tocantins a Assembleia Geral de Fundação da Colônia de Pescadores Profissionais de Miracema do Tocantins e Tocantínia, com a participação do Superintendente da antiga SEAP/PR, hoje SFPA/TO/MPA, Jozafá Ribeiro Maciel. A primeira direção da Colônia eleita teve a Pescadora Alzenira Gomes Peres ou Nira como Presidenta.

O Cartório após ter se recusado a registrar a entidade como Colônia de Pescadores orientou à diretoria da entidade a fazer nova Assembleia e fundar uma Associação de Pescadores, assim foi feito e registrada a Associação dos Pescadores de Miracema do Tocantins e Tocantínia, oficialmente fundada em 26 de janeiro de 2006. Com o registro da Associação – ASCOPEMITO. O único problema resolvido foi com o Cartório, pois nem os pescadores locais e nem a FETOPESCA não reconheceram a

entidade como representante dos pescadores. Os Órgãos de Fiscalização continuaram a não reconhecer e nem respeitar os pescadores que pescavam na região. Exemplo dos problemas é que os fiscais dos órgãos ambientais muitas das vezes ao abordarem os pescadores afirmavam que a carteira de pescador não tinha validade para o exercício da pesca. A maioria dos diretores da Associação por não serem reconhecidos e respeitados abandonou a Associação. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

Pelas palavras acima ver-se que no processo de criação está presente algumas contradições importantes: primeiro, em 2005 é criada uma Colônia de Pescadores e que sua primeira presidente é uma mulher. Por questão legal, o Cartório se recusa a registrar a entidade (Colônia) como representante dos pescadores e orienta os mesmos a criarem uma Associação para lhes representar. Isso ocorre e a Associação é criada em janeiro de 2006. No entanto, como anunciado no conteúdo da entrevista, os pescadores continuavam com problemas em relação à pesca, pois a fiscalização não respeitava a carteira deles. É o que diz em sua fala a representante da Colônia,

Durante os anos de 2004 e 2005 mais de 100 pescadores se registraram no Ministério da Pesca, porém por não poderem praticar a pesca e serem reconhecidos e respeitados como pescadores a maioria abandonou as atividades e aqueles que continuaram a pescar, não tiveram seus direitos respeitados e garantidos. Continuaram a pesca na clandestinidade, sem registrar a produção, sem renovar as carteiras e outros sem sequer registrar-se junto ao MPA. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

De acordo com as informações da representante da Colônia, em 2009 houve mudança e com a aprovação da Lei 11.958 a SEAP/PR foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura. Esse ministério, atendendo reivindicação do MONAPE passou a implantar a política territorial no setor da Pesca e Aquicultura através de convênio com a Fundação Candido Rondon e foi neste contexto que foi instituído

(...) o Território da Cidadania, Pesca e Aquicultura do Bico do Papagaio, que também previa uma ação pontual nos sete municípios em torno do lago: Ipueiras, Brejinho de Nazaré, Porto Nacional, Palmas, Lajeado, Tocantínia e Miracema do Tocantins que formam o Território da pesca e Aquicultura do entorno do Reservatório da UHE Lajeado. Dentro do convênio previa a contratação de um consultor para trabalhar com o fortalecimento das entidades de pesca e aquicultura existentes nos municípios do entorno, articulação com as prefeituras e com os órgãos públicos com atuação nos territórios. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

Essa possibilidade de apoio externo, a partir das ações do Território da Cidadania e da Pesca, permitiu a realização de outros convênios com entidades voltadas para o apoio a organização interna de movimentos sociais. Segundo a representante da Diretoria da Colônia foi isso que ocorreu a partir de 2009, permitindo parceria com a RECID – Rede de Educação

Cidadã, bem como a contratação de engenheiro de pesca, pois o “convênio previa a contratação de um consultor para trabalhar com o fortalecimento das entidades de pesca e aquicultura existentes nos municípios do entorno, em articulação com as prefeituras e com os órgãos públicos com atuação nos territórios”. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

O que é a RECID? RECID: Rede de Educação Cidadã é uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil que assumem solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira e principalmente de grupos vulneráveis econômica e socialmente (indígenas, negros, jovens, LGBT, mulheres, etc.), promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um Projeto Popular, democrático e soberano de Nação (RECID, 2022).

Na página da RECID informa ainda que trabalha a partir dos princípios da Educação Popular crítico-freireana, com a formação de pessoas, lideranças e entidades em temas como a história e as causas da exclusão econômica e social no Brasil, direitos sociais e humanos, metodologia da educação popular, formas de participação popular, controle social das políticas públicas, comunicação, troca de experiências de conquista de direitos, geração de renda, organização popular, entre outros (RECID, 2022).

Segundo a Representante da Colônia essas parcerias foram importantes no processo de desenvolvimento da Colônia, pois permitiu acompanhamento e orientação política mais próxima. Diz que inclusive os municípios de Tocantínia, Miracema do Tocantins e Lajeado, só começam a participar mais ativamente das discussões acerca da política nacional de pesca, depois da atuação da RECID e das educadoras populares que passaram a trabalhar junto aos pescadores, como revela essa fala:

Na região a Rede de Educação Cidadã – RECID, já vinha desenvolvendo trabalhos com os grupos produtivos, fortalecendo-os no que diz respeito à busca de melhoria das condições de trabalhos, reconhecimentos pelo poder público, formalização e organização da produção, geração de renda, pautado nos princípios da Economia Solidária e do comércio coordenado por duas Educadoras Populares. Os municípios de Lajeado, Tocantínia e Miracema do Tocantins só começaram a participar mais ativamente dos trabalhos de articulação em torno da política territorial com a substituição do Consultor e contratação de uma Educadora Popular, para desenvolver os trabalhos no território do Entorno do Reservatório da UHE Lajeado em 2010. Os trabalhos do serviço de consultoria consistiam na capacitação das entidades de pesca e aquicultura quanto à organização interna, adequação de estatutos, prestação de contas, organização de arquivos, registros do quadro social. Capacitar e orientar as entidades e os pescadores para acesso às políticas públicas disponíveis para o setor; estabelecer parcerias das entidades do setor com os governos municipais e estadual.

Especificamente com os pescadores de Miracema do Tocantins e Tocantínia o trabalho inicial foi estabelecer contatos com os pescadores que já tinham registro no Ministério da Pesca e Aquicultura, marcar reuniões, chamar aqueles que mesmo sem documento tinham na pesca uma fonte de geração de renda e sustento da família. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

Quem participa do universo da pesca nesta região sabe que essa é uma atividade que não depende somente da ação do pescador, há outros elementos que não estão sob o controle dos pescadores que interferem. Um deles é a própria natureza. Além da natureza há as ações políticas e econômicas que geram alterações significativas. Embora o pescador possa intervir, participar não há garantia de que seus interesses serão validados.

Segundo a representante da Diretoria da Colônia houve um período que os pescadores foram muito perseguidos,

Nos anos anteriores os pescadores (as) tiveram muitos problemas, principalmente nos anos de 1996, 2003, 2006, 2008, 2009, 2010. Foi muita perseguição, humilhação por parte dos órgãos de fiscalização (CIPAMA, IBAMA) uma vez que eles (as) não tinham carteira de pescador (a). Muitos de seus equipamentos foram confiscados pelos fiscais. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

O que se observou na história dos pescadores é que essas pressões não serviram somente para provocar desistências, mas também para fortalecer a consciência dos direitos e buscar a reorganização da Colônia visando a defesa dos direitos dos pescadores, como diz a representante,

Em 2010, a Superintendência Federal da Pesca iniciou a discussão com o grupo sobre a implantação do Território em torno da Usina de Lajeado, política pública do Governo Federal, várias reuniões aconteceram em Tocantínia na sede do Colégio CEFYA e no salão Paroquial de Miracema do Tocantins. Nestas reuniões, a necessidade de uma rearticulação foi sendo observada e começam a discutir a reorganização da categoria, mudança do nome, alteração do estatuto e recadastramento dos pescadores e pescadoras. Em 25 de abril de 2011, foi realizada a Assembleia tendo como pauta: mudança do nome; alteração do estatuto, filiação à Federação dos Pescadores; endereço da Colônia e eleição da nova diretoria. Essa assembleia aconteceu no Salão Paroquial, da Paroquia Santa Teresinha, em Miracema do Tocantins. O nome escolhido para a organização: COPEMITO- Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia-TO. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

Foi neste contexto de reestruturação que em 2011 foi efetivada a mudança de nome para COPEMITO- Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia-TO e realizadas parcerias importantes com o Ruraltins (órgão de assistência técnica e extensão rural do estado) e continuou a parceria com a Recid. Nas palavras da

representante da Diretoria da Colônia, neste processo “muitos momentos de encontros aconteceram em que sempre se priorizou os momentos de formação, procurando pautar a caminhada nos princípios do cooperativismo, da partilha, das decisões conjuntas, do andar de mãos dadas, da educação popular”.

Este também é um momento de mudanças significativas na Colônia, haja vista que foi necessário fazer alterações em seu estatuto, definindo nova diretoria e a busca dos direitos do pescador, além de algumas conquistas importantes como descrito nesta fala:

O ano de 2011 foi de aprendizagem para todos. Os obstáculos apesar de muitos não foram suficientes para parar a COPEMITO. Ainda no ano de 2011 foram feitos os cadastros de vinte e três (23) pescadores e seis (6) receberam pela primeira vez o seguro defeso. Em janeiro de 2012, quatorze pescadores receberam das mãos do Superintendente a carteira de Pescador Profissional e 14 receberam o seguro defeso (salário destinado aos pescadores no período da piracema). Em continuidade a caminhada no ano de 2012 muitos outros pescadores filiaram-se a COPEMITO. Fez-se formação com os pescadores que já tinham carteira e eles foram os primeiros pescadores de Miracema do Tocantins a receberem o PRONAF para compra de barcos e tralhas de pesca. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

Demarcar aqui nesta fala a perspectiva de que o trabalho da Colônia está articulado com aprendizagem, portanto busca de conhecimentos, direitos. A conquista da carteira de pescador; a conquista do seguro defeso; a conquista do direito de ter acesso a crédito do Pronaf para adquirir as tralhas de pesca. Esses são elementos importantes para um grupo de pessoas que estão acostumadas a olhar o balanço das águas e continuar distante de apoio para realizar uma atividade básica que gera alguma renda e muita solidariedade.

Solicitou-se que a representante da Diretoria da Colônia falasse sobre parcerias com outras instituições, quais ajudas tiveram nessa caminhada. A Diretoria revela o seguinte:

Outra conquista desse ano aconteceu junto a Prefeitura Municipal que cedeu para a COPEMITO um local para a sede. Este mesmo espaço permanece com a Colônia em parceria com as administrações seguintes. Muitas parcerias foram feitas e que trouxeram muitos benefícios para a COPEMITO, e que tem sido significativas, como a parceria com a Igreja Católica cedendo espaço para a realização das reuniões, a Caixa Econômica que resultou na doação de computadores, mesas e armários. A UFT – Universidade Federal do Tocantins, que realizou com os pescadores o Curso de Processamento e Beneficiamento do Pescado (como cuidar do peixe, fazer linguiça, hambúrguer etc.), no ano de 2013. Outra parceria importante foi feita com o IFTO que realizou o Curso de Criação de Peixes em Tanque-rede, onde teve a participação de 11 pescadores da COPEMITO. Além de estudantes do Instituto (IFTO) terem sido designados para a realizarem estágio na Colônia.

Em março de 2013 houve mudança de Superintendente, estando agora o Sr. Guilherme Vaz Burns, e a COPEMITO buscou a parceria para continuar a caminhada. São muitas as conquistas, mas todas embora tragam muitas alegrias são recebidas e conquistadas de pé no chão, com esforço e organização, como a conquista do 1º Curso de Formação de Aquaviários (curso para a aquisição da carteira de pilotos de barcos) solicitado pela COPEMITO e realizado pela Marinha do Brasil, de 21 a 30 de maio, em parcerias

com as prefeituras de Miracema e Tocantínia, com a participação de 30 pessoas, sendo 24 pescadores. Ou a compra do bebedouro, cadeiras, ventilador e computador todos adquiridos com a contribuição mensal dos pescadores. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

Estamos falando de um movimento de pescadores que já conta com mais de uma década de existência, do ponto de vista formal, e somente no ano de 2013, através de parcerias consegue elementos básicos para o trabalho da Colônia. É importante lembrar que a sede não é um prédio próprio³, mas cedido pelo Governo Municipal de Miracema do Tocantins para que a Colônia realize suas atividades.

Figura 1. Sede própria ainda em construção



Fonte: Registro do autor a partir da visita à campo.

³ Foi muito importante a parceria com a Prefeitura de Miracema do Tocantins no sentido de ceder um espaço para o funcionamento da Colônia. No entanto, a Colônia precisa de seu espaço próprio. Já há definição de local e fica na Rua Pedro Teixeira, próximo ao porto da balsa que faz a travessia Miracema-Tocantínia, portanto próximo às margens do rio Tocantins, local mais adequado para a movimentação dos pescadores.

Figura 2. Sede atual, prédio cedido pela prefeitura de Miracema do Tocantins



Fonte: Registro do autor a partir da visita à campo.

Aspecto importante são as parcerias voltadas diretamente para as atividades da Colônia: a UFT e o IFTO têm destaque neste processo, principalmente com a experiência de do IFTO de enviar seus estudantes para fazer estágio curricular na Colônia, conforme relato da Diretoria da Colônia.

A seguir, no próximo item, apresentam-se questões relacionadas com conquistas da Colônia e ao mesmo tempo busca-se discutir elementos do campo das práticas educativas presentes nessas ações.

4.2 A Colônia E Suas Práticas Educativas

Para Ghon (2010 p. 36) “a educação abrange várias áreas, destacando-se: formal (escolas), não formal (práticas educativas de formação voltadas para a construção da cidadania) e informal (socialização dos indivíduos no ambiente familiar de origem).” E no caso da Colônia

de Pescadores Artesanais Z16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia-TO, ela se enquadra como educação não formal, sendo aqui considerada um movimento social.

Já naquele momento inicial, lá no passado (1919) exigia-se a filiação do pescador a uma entidade para tornar possível a pesca. Prática que ainda hoje está em vigor, como constata-se no artigo 5º, inciso primeiro, do Estatuto Social da colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins e Tocantínia - TO, está expresso que, “Todo cidadão (ã) que trabalha direta ou indiretamente com a pesca e/ou faz da atividade pesqueira o seu meio principal de vida, assiste o direito de se associar à Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins/TO e Tocantínia/TO (...)”. (ESTATUTO DA COLÔNIA DE PESCADORES). Combinado com o que diz a Lei federal nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Pesca em seu artigo 5º.

O Artigo 28 da Lei 11.959, de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca diz que “As colônias de pescadores poderão organizar a comercialização dos produtos pesqueiros de seus associados, diretamente ou por intermédio de cooperativas ou outras entidades constituídas especificamente para esse fim”. Foi exatamente isso que os pescadores de Miracema do Tocantins e Tocantínia – TO fizeram. Instituíram uma organização coletiva que representa os pescadores.

Com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 8º, as colônias passaram a se equiparar aos sindicatos de trabalhadores rurais como organização sindical independente, dada a adição do primeiro inciso que determina a livre associação e a não interferência do poder público, em conta da mobilização realizada pela Confederação Nacional de Pescadores com seu Movimento Constituinte da Pesca desde 1985 (TOMMIASI E & MARQUES, 2018) e como consta também no estatuto da Colônia de Pescadores objeto deste estudo.

Na perspectiva de Diegues (1988, p. 63),

As culturas tradicionais envolvem padrões de comportamento transmitidos socialmente. Trata-se de modelos mentais utilizados para perceber, relatar e interpretar o mundo, a natureza, os símbolos e significados socialmente compartilhados, além dos produtos materiais oriundos de sua produção mercantil. (DIEGUES, 1988, p. 63).

Apresenta ainda algumas características importantes que estão presentes nas culturas tradicionais:

Reduzida capacidade de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato (...). Uma característica importante de modo de produção mercantil (...) é o conhecimento que os produtores

têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares etc. Esse ‘know-how’ tradicional passado de geração a geração, é importante instrumento para a conservação (...). Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (...) e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação de recursos naturais é parte integrante de sua cultura (DIEGUES, 1985, p. 87).

Os pescadores associados à Colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins e Tocantínia - TO, não vivem isolados em um território, pois, a não ser o caso dos indígenas da etnia Xerente, não há um território demarcado para uso deles. Mas algumas das características acima elencadas na citação fazem parte de sua história, por outro lado, como nos diz Fox (2010, p. 36), “os pescadores não vivem isolados, convivem com outras atividades econômicas. Tradição e modernidade convivem lado a lado, redefinindo sua cultura, sem representar com isso o fim da tradição”.

Na medida em que o conjunto dos pescadores se constituíram como um sujeito coletivo em busca da defesa de seus direitos em relação ao universo da pesca, viu-se que foi ocorrendo um processo de geração de novas experiências e saberes necessários para a continuidade da reprodução da identidade de pescador no contexto das relações instituídas por eles e outras entidades e organismos de governo.

Foi neste contexto que assumimos neste estudo a perspectiva de pensar a COPEMITO - Colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins e Tocantínia - TO, como um movimento social, a partir do que diz Gohn (2011, p. 335):

(...) movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Diz ainda que na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. (GOHN, 2011, p. 335).

Em outro estudo, ao discutir os aspectos educativos dos movimentos sociais e as possibilidades de aprendizagens para as pessoas que participam de um movimento, diz que

Um dos supostos básicos da educação não formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema (GOHN, 2001, p. 103).

Neste sentido, pode-se pensar Movimento Social como “uma ação coletiva de sujeitos relativamente iguais nas condições de classe e que decidem enfrentar coletivamente problemas

gerados em uma sociedade que os exclui” (GOHN, 1992, p. 22). Já Fox (2010, p. 47) diz que “Os movimentos sociais de pescadores artesanais são processos político-sociais construídos como expressão das lutas e dos interesses dos pescadores”. Os integrantes da Colônia de Pescadores COPEMITO certamente vivem essa realidade. O relato do pescador WGS, de 57 anos, quando questionado sobre o que aprende e de quais ações participa na Colônia, demonstra isso.

Nas reuniões da colônia aprendendo muitas coisas boas. E foi através delas que adquiri minha carteira da marinha para pilotar barcos, fiz cursos de criação de peixe em tanque rede, fiz um curso de alfabetização e é por isso que participo de todas as reuniões mensais que ocorrem sempre todas as segundas terça feiras do mês. Participo desde quando entrei, da limpeza do rio, duas vezes por ano, a primeira em junho e a segunda no final da piracema, da festa do peixe, onde ajudo a ornamentar. Participo da carreta pela cidade mostrando os lixos recolhidos no rio, e fiz também o pronaf onde comprei canoa, motor e as traíás de pesca novas. (DEPOIMENTO DE PESCADOR WGS, NOVEMBRO DE 2021).

Eis o que o pescador JML, 56 anos diz acerca dessas questões, corroborando o que vem sendo discutido, especialmente sobre o que aprendeu na Colônia,

Eu entrei na colônia em 2004, era outro grupo de pescadores que participavam, mas em 2006 a colônia parou de funcionar, mesmo assim já tinha conseguido tirar minha carteira profissional na época. Em 2011 reativou a colônia, e eu mais uns quatro ou cinco do grupo antigo, e já entrei como presidente, o que durou de 2011 a 2013, e dessa vez foi bem mais organizado. Posso dizer que foi na educação, pois sabia pescar mais não sabia dos meus direitos e deveres, e isso aprendi na colônia. Particpei de muitos cursos e palestras. Curso de beneficiamento de pescado, criação de peixe em tanque rede, e minha esposa fez o curso de alfabetização pescando letras, o que foi muito importante para ela, pois continuou estudando depois do curso. Assisti palestras da UFT, IFTO, CIPAMA e sobre o PRONAF com a Copter. Nas reuniões aprendi sobre consciência ambiental, de não pescar na piracema e cuidar do rio. (DEPOIMENTO DE PESCADOR JML, NOVEMBRO DE 2021).

Maria da Glória Gohn (2011, p. 352) discutindo a questão do aprendizado que ocorre no interior dos Movimentos Sociais, afirma que “segundo Vygotsky, o aprendizado ocorre quando as informações fazem sentido para os indivíduos inseridos em um dado contexto social. As aprendizagens no interior de um movimento social, durante e depois de uma luta, são múltiplas, tanto para o grupo como para indivíduos isolados”. Esta é uma perspectiva importante a ser buscada nas análises das ações realizadas pela Colônia de Pescadores.

Esta mesma autora destaca vários tipos de aprendizagens presentes nas lutas dos movimentos sociais. Embora não possa afirmar que cada situação dessas está presente nas práticas dos pescadores da Colônia, verifica-se que alguns desses elementos foram vividos no processo de constituição da Colônia e se manifestam nas práticas dos pescadores artesanais de Miracema do Tocantins e Tocantínia - TO:

Aprendizagem prática: como se organizar, como participar, como se unir, que eixos escolher.

Aprendizagem teórica: quais os conceitos-chave que mobilizam as forças sociais em confronto (solidariedade, *empowerment*, autoestima), como adensá-los em práticas concretas.

Aprendizagem técnica instrumental: como funcionam os órgãos governamentais, a burocracia, seus trâmites e papéis, quais as leis que regulamentam as questões em que atuam etc.

Aprendizagem política: quais são seus direitos e os de sua categoria, quem é quem nas hierarquias do poder estatal governamental, quem cria obstáculos ou usurpa seus direitos etc.

Aprendizagem cultural: quais elementos constroem a identidade do grupo, quais suas diferenças, suas diversidades, as adversidades culturais que têm de enfrentar, qual a cultura política do grupo (seu ponto de partida e o processo de construção ou agregação de novos elementos a essa cultura) etc.

Aprendizagem linguística: refere-se à construção de uma linguagem comum que possibilita ler o mundo, decodificar temas e problemas, perceber/descobrir e entender/compreender seus interesses no meio de um turbilhão de propostas que se defrontam. Com essa linguagem, criam uma gramática própria, com códigos e símbolos que os identificam.

Aprendizagem sobre a economia: quanto custa, quais os fatores de produção, como baixar custos, como produzir melhor com custo mais baixo etc.

Aprendizagem simbólica: quais são as representações que existem sobre eles próprios – de mandatários, sobre o que demandam, como se autor representam, que representações ressignificam, que novas representações criam.

Aprendizagem social: como falar e ouvir em público, hábitos e comportamentos de grupos e pessoas, como se portar diante do outro, como se comportar em espaços diferenciados.

Aprendizagem cognitiva: a respeito de conteúdos novos, temas ou problemas que lhes dizem respeito, criada a partir da participação em eventos, observação, informações transmitidas por assessorias etc.

Aprendizagem reflexiva: sobre suas práticas, geradora de saberes.

Aprendizagem ética: a partir da vivência ou observação do outro, centrada em valores como bem comum, solidariedade, compartilhamento, valores fundamentais para a construção de um campo ético-político (GOHN, 2011, p. 352-353). (Grifo nosso).

Na perspectiva do estudioso já citado, o caráter educativo dos movimentos sociais também pode ser verificado a partir de três dimensões que se articulam na vida política e cotidiana das pessoas e de uma dada comunidade. No caso da Colônia de Pescadores verificou-se que estes vivenciaram este processo no cotidiano de suas ações com a pesca e com as atividades da Colônia, como já mencionamos na seção anterior.

1. A dimensão da organização política: neste processo os agentes tomam consciência de sua situação; analisam alternativas; descobrem parceiros e inimigos e se organizam para a defesa organizada de seus interesses;
2. A dimensão da cultura política: A participação, a vivência nos movimentos leva a construção e ao acúmulo de experiências. Neste processo a retomada da vivência passada de cada um tem importância para a construção do futuro (o papel das opressões do passado, da negação de direitos, ajuda a fornecer elementos para a leitura e o enfrentamento dos problemas de hoje). Por isso os sujeitos aprendem a elaborar alternativas de solução para os problemas vividos. Há questões educativas e pedagógicas importantíssimas neste processo.
3. A dimensão espacial-temporal: As categorias tempo e espaço são muito importantes no imaginário popular. Os encontros, seminários, reuniões,

assembleias ajudam cada sujeito a conhecer melhor sua realidade e a perceber que não está sozinho neste processo (GOHN, 1992, p. 21).

As “colônias de pescadores” são espaços de representação dos direitos dos pescadores. Pensadas no universo dos movimentos sociais, constituem-se também espaço privilegiado de diferentes aprendizagens que tornam possível sua sobrevivência enquanto trabalhador, pois através delas o pescador artesanal,

(...) obtém sustento e é inserido como um ator num campo singular, designando seus hábitos. Como ator no meio da pesca, como trabalhador e cidadão, portanto, portador de direitos, os pescadores possuem estruturas denominadas Colônia de Pescadores a que podem recorrer para mobilização e reivindicação (TOMMIASI; MARQUES, 2018, p. 16).

No Caso da Colônia de Pescadores Artesanais de Miracema do Tocantins e Tocantínia - TO, foram realizadas diversas ações, próprias do trabalho da Colônia visando o aprendizado de ferramentas necessárias para a continuidade dos trabalhos da Colônia e, que ao mesmo tempo, podem ter contribuído para fazer circular para outros grupos que se relacionam com os pescadores experiências e conhecimentos úteis para a sua vivência na sociedade. Algumas dessas ações aparecem na fala da Representante da Diretoria da Colônia quando vai narrando as parcerias importantes que se articulam com a educação, aprendizagem na Colônia, como segue:

Outra parceria e conquista importante é a aquisição da Biblioteca Arca das Letras através do MDA. E a primeira turma de alfabetização de pescadores (as) pelo Programa Brasil Alfabetizado, que teve início no dia 10 de junho de 2013, com um total de 20 alunos, com a ajuda da RECID. O Fórum Estadual de Economia Solidária também tem contribuído com a formação dos Pescadores (as), com a realização de seminários como o que aconteceu no dia 18 de agosto com a participação de mais de 50 pessoas, além dos participantes da COPEMITO representantes de outros empreendimentos como pescadores da cidade de Lajeado. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

Isso é muito importante, pois um movimento de pescadores está preocupado com alfabetização e com outras atividades voltadas para a formação educativa e política e dos pescadores como fica registrado na fala acima. Mas também nesta abaixo que registra essa preocupação com o papel da Colônia na conquista de direitos e um deles é o acesso ao desenvolvimento de práticas que permitam a organização de novos e velhos saberes, inclusive com ações que extrapolam o interesse imediato dos pescadores, como vemos nesta fala a seguir.

Em 2014, mais uma turma de alfabetização foi criada, dessa vez pelo Projeto Pescando Letras, do Ministério da Pesca, com 16 alunos e a alfabetizadora do RECID. No mesmo ano iniciou-se um trabalho específico com as mulheres, onde trabalhou-se a valorização da mulher e a sua importância na sociedade. Foi realizado o Curso de Criação de Peixes em Tanque-rede, pelo SENAR com o Prof. Joel Carlos Costa. Esse

curso foi para atender os pescadores e pescadoras contemplados com áreas no lago para a criação de peixes em tanque rede, na licitação que aconteceu em 2013. Muitos trabalhos têm sido desenvolvidos pela COPEMITO, sempre buscando a formação dos seus associados (as). Muitas palestras, seminários e reuniões foram realizadas na sede, onde participaram também familiares dos pescadores e pescadoras. Participaram de conferências municipais, estaduais e nacionais. Encontros fora do Estado do Tocantins, a Marcha das Margaridas em Brasília, a Marcha das Mulheres Negras, Conferências de Economia Solidária, e outros. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

A representante da Diretoria da Colônia diz ainda que “as parcerias têm sido de grande importância na caminhada da COPEMITO, como o RURALTINS com o Curso de Alimentos feitos com Peixes. A partir do curso todos os alimentos nas festas têm sido a base de peixe. O acompanhamento ao grupo de mulheres a partir de 2015, por técnicos do Ruraltins no projeto de construção do frigorífico”.

Compreendemos que muitas das ações da COPEMITO estão articuladas com outros grupos de pessoas e até com toda a comunidade. Um exemplo dessa perspectiva é a festa do dia do pescador, relatado nesta fala:

A Colônia de Pescadores desde que entrou nessa nova fase tem realizado atividades que levou a comunidade de Miracema e Tocantínia e reconhecerem a sua importância. Entre elas está a Festa do Dia do Pescador (29 de junho), a Semana do Peixe, com venda de peixes a um preço mais acessível para incentivar o consumo de peixe (outubro). A limpeza do rio e Caminhada Ecológica em parceria com a Prefeituras, Escolas, Ruraltins, Igrejas, Associações, TG. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

Em corroboração com a fala da Diretoria da Colônia, vejamos o que diz o pescador JML, 56 anos quando se solicitou que informasse de quais atividades da Colônia ele participa:

Sempre participei das reuniões, e participo da coleta de lixo no rio, festa do pescador, semana do peixe, onde é feito tudo, peixe, pastel, linguiça, torta, peixe frito. E também a comemoração do dia do pescador. E eu gosto de todas. Melhorou mais a pesca, vou mais longe, pesco muito mais, melhorou a educação do povo da colônia. Compreensão de direito e dever. Agora está mais organizado. Pois antes de fazer parte da colônia, não podia escutar a zoada de um barco no rio, que já saía correndo no mato arrastando as traíças e o saco de peixe. (DEPOIMENTO DE PESCADOR JML, NOVEMBRO DE 2021).

Essas são atividades muito importantes, apesar de seu aspecto econômico esconder a dimensão do aprendizado que cada pescador e pescadora conquista, bem como seus familiares tiveram para tornar possível essas práticas. Na festa do Dia Pescador toda a cidade se envolve e participa, pois a Festa do Dia do Pescador (conforme imagens a seguir) mostra para a população as inúmeras possibilidades de transformar o peixe em alimento, do pastel ao bolo, tudo conta com a presença do peixe e do aprendizado que cada pescador construiu e acrescentou

à sua experiência de pescador nesta região. Para muita gente era impossível pensar que seria possível fazer um pastel à base de peixe.

Figura 3. Banner de exposição da 9ª edição da festa do pescador



Fonte: Página no Facebook da Colônia de Pescadores Z16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia.

Foto 4- Peixes fritos vendidos durante a festa do pescador



Fonte: Página no Facebook da Colônia de Pescadores Z16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia.

Figura 5 - Participação da população da cidade na festa do pescador.



Fonte: Página no Facebook da Colônia de Pescadores Z16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia.

Foto 6 - Pescadora fritando peixe durante o evento



Fonte: Página no Facebook da Colônia de Pescadores Z16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia.

Não é possível a festa do dia do pescador sem peixe, portanto, a partir das conversas com pescadores da Colônia e que não participam da Colônia, em diferentes períodos históricos, vamos apresentar um quadro com espécies de peixes citadas nessas conversas.

Quadro 4. Espécies de peixes mais presentes nas pescarias a partir da memória de pescadores

| PESCADOR | ESPÉCIE | NOME CIENTÍFICO |
|-------------------------------|---|---|
| Zm | Barbado Jaú Cachorra Corvina Surubim Filhote Piabanha Dourado de escama Dourado de couro | <i>Pinirampus pinirampu</i> <i>Zungaro zungaro</i> , <i>Hydrolycus scomberoides</i> , <i>Argyrosomus regius</i> , <i>Pseudoplatystoma corruscans</i> , <i>Brachyplatystoma filamentosum</i> <i>Brycon insignis</i> <i>Salminus brasiliensis</i> <i>Brachyplatystoma flavicans</i> . |
| Wg | Peixes de “lei” eram: Pacu-manteiga Pacu-caranha Piabanha Piau Cabeça-gorda Dourada de Couro Filhote. | <i>Mylossoma duriventre</i> , <i>Piaractus mesopotamicus</i> , <i>Brycon</i> <i>insignis</i> , <i>Leporinus macrocephalus</i> , <i>Brachyplatystoma flavicans</i> |
| Jml | Corvina, Pintado, Barbado, Filhote, Pacu-manteiga Pacu-caranha, Piabanha. | <i>Argyrosomus regius</i> <i>Pseudoplatystoma corruscans</i> <i>Pinirampus pinirampu</i> <i>Brachyplatystoma filamentosum</i> <i>Mylossoma duriventre</i> <i>Piaractus mesopotamicus</i> |
| Os peixes que mais pegam hoje | Mapará, Curimáta, Dourada de escama, Piau- voador Cará Corvina cuiu-cuiu. | <i>Hypophthalmus edentatus</i> <i>Prochilodus lineatus</i> <i>Salminus brasiliensis</i> <i>Geophagus brasiliensis</i> <i>Argyrosomus regius</i> <i>Oxydoras niger</i> |

Fonte: Organização do autor a partir das informações prestadas pelos pescadores (2021).

No contexto das preocupações com formação, com o aprendizado de forma mais ampla, a representante da Diretoria da Colônia, fala de outras experiências articuladas que são muito importantes para os pescadores. Confira na fala a seguir:

Outra grande parceria foi com a Universidade Federal do Tocantins que trouxe inúmeros alunos para fazer pesquisas e estágios na Colônia. A parceria com o Curso de Serviço Social, e diversas alunas que engajaram na luta com o Coletivo de Mulheres de onde surgiu o grupo que se encontrava mensalmente: Café com Mulheres. Numa parceria também com a Defensora Pública de Miracema. Ainda na parceria com a UFT, é preciso destacar a relação com o Curso de Psicologia que levou um grupo de alunas para fazer estágio e desenvolveu um trabalho incrível com os pescadores, pescadoras e seus filhos adolescentes, a partir do trabalho e dedicação de uma docente do curso. Representantes da Colônia tem sido convidados para palestrar em várias escolas, Universidade e eventos, sobre a preservação do meio do meio ambiente, o cuidado com rios e lagos, colocar o lixo nos locais adequados. (ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA DIRETORIA DA COLÔNIA, 2021).

É fundamental compreender que a Colônia em suas ações não se fechou aos seus próprios problemas e buscou parcerias que pudessem ajudar. No caso da UFT, compreende-se que não deveria ser somente interesse individual de algum docente, e sim estratégia da instituição ficar próximo, acompanhar e se possível, ajudar na organização desses grupos mais pobres e empenhados em suas lutas. É importante demarcar aqui, que embora exista um curso de formação de professores na UFT/Campus de Miracema (o Curso de Pedagogia), este não é mencionado nas parcerias, mesmo que a Colônia tenha colocado em prática curso de alfabetização de adultos. Talvez o curso esteja voltado somente para o mundo da escola e tem esquecido que educação é uma prática social que está presente onde tem gente.

Considera-se importante o pensar da Colônia acerca dela própria, por isso perguntou-se sobre o futuro da Colônia. Confira o que foi dito:

A COPEMITO está presente em diversos conselhos, como o Conselho de Saúde, o Conselho de Desenvolvimento Agrário, Conselho de Segurança Alimentar e Conselho Estadual de Economia Solidária. A Colônia está na quarta gestão. A primeira teve como Presidente o Sr. Juracy Moraes Lopes; a segunda Sr. Ademar dos Santos; e a terceira e atual gestão a Sra. Maria do Socorro Sousa dos Santos, que ficara até abril de 2023. Até os dias atuais a COPEMITO conta com a contribuição das Educadoras Populares presentes na luta desde 2010, o que tem contribuído para fortalecer a caminhada. Assim também como as orientações recebidas da Fetopesca – Federação Tocantinense de Pesca da qual a Sra. Maria do Socorro faz parte do Conselho Fiscal. Enfim, a COPEMITO hoje não é apenas mais uma Colônia de Pescadores (as), é a Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia/TO. Importante dizer que a rearticulação da Colônia iniciou com Pescadores e Pescadoras que já haviam participado da primeira organização e que acreditaram que poderia dar certo, convidando outros e outras que também entraram na luta. A COPEMITO já teve 123 associados/as, hoje são pouco mais de 50, alguns desistiram, outros e outras aposentaram, mas os que ficaram representam a resistência,

a luta pela sobrevivência, ao lado de parceiros valiosos que acreditaram que tudo isso vale a pena e estão contribuindo para que dê certo.

Além de outros elementos, chama atenção a afirmação do que a Colônia tem feito, do que está fazendo, de sua participação em diversos espaços de controle da gestão da coisa pública em Miracema do Tocantins - TO, mas ao mesmo tempo apontando para a necessidade do envolvimento dos principais interessados neste processo para continuar suas conquistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo principal: conhecer e discutir a dimensão educativa presente nas ações da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia – TO. A Colônia foi pensada aqui como um movimento social. Os objetivos específicos foram: reconstituir a história da formação da Colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins - TO, bem como experiências com a pesca artesanal antes da implantação da “Colônia”; discutir movimentos sociais e caracterizar as práticas educativas presentes nas ações da Colônia de Pescadores de Miracema; e identificar projetos e ações realizadas pela Colônia e como os pescadores se educaram neste processo.

O estudo foi organizado em quatro seções. A primeira é a introdução, espaço onde apresentou-se as razões acadêmicas e pessoais para a realização do estudo, bem como a perspectiva metodológica adotada. A segunda seção, denominada “Discutindo Movimentos Sociais e Educação”, apresentou-se os resultados de nossas leituras sobre movimentos sociais, buscando definir o que é um movimento social e falar de suas origens e existência no Brasil e no Tocantins. Em um segundo momento, trazer reflexões sobre as possibilidades de educação presentes nas ações desses movimentos. Assim esta seção foi organizada em dois subitens: “movimento social no Brasil e no Tocantins” e “O educativo presente nestas lutas sociais”.

Na terceira seção, denominada “De Pernambuco a Tocantins: o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE” apresentou-se a perspectiva de que a Colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins - TO é um movimento social. Fizemos isso trazendo algumas reflexões acerca da história do MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores e apresentando um histórico do MONAPE, tendo como referência de leitura dois estudos; a obra de Fox (2010) e o artigo de Marques, Miranda e Soares (2021), não exclusivamente.

Na quarta e última seção definida como “Educação na Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia –TO – COPEMITO” apresentou-se a Colônia como um movimento social, que instituiu, no bojo do debate político e das lutas pela profissionalização dos pescadores no âmbito do MONAPE, saberes sociais, práticas pedagógicas e econômicas importantes no contexto da defesa dos direitos de seus integrantes. Mas também algumas contradições desse processo.

O estudo da literatura que debate movimentos sociais, bem como em específico as lutas de pescadores em diferentes regiões brasileiras, indica que eles, desde as origens, após a invasão europeia nestas terras, têm dado contribuições políticas, econômicas e culturais importantes para a organização do setor da pesca no Brasil. Ao mesmo tempo, como se viu neste estudo,

historicamente o Estado brasileiro manteve subordinado aos seus interesses os pescadores e suas organizações representativas da categoria.

O que se denomina de movimento social, são fatos políticos importantes na história brasileira e isso tem a ver com a organização dos pobres e excluídos, formando o que os estudiosos chamam de movimentos sociais. Esses movimentos estão presentes no cenário político brasileiro no campo e nas cidades, com maior intensidade a partir dos anos de 1950, embora a história das lutas sociais no Brasil esteja localizada em tempos mais remotos. Prova disso são as ações políticas articuladas aos interesses de pescadores, como mostramos nesse trabalho.

A literatura estudada indica que um dos aspectos centrais na compreensão dos movimentos sociais é conceber suas ações político-sociais e os próprios movimentos, numa perspectiva pluralista garantindo a eles a ideia do dissenso, da participação e da democracia, tão cara aos movimentos sociais. O que ficou evidenciado no processo de formação do MONAPE e da Colônia de Pescadores de Miracema.

Viu-se na literatura estudada que a partir de 1919 foram implantadas as primeiras colônias de pescadores no Brasil. De lá para cá muita coisa mudou: os pescadores tomaram consciência de seus direitos; houve o processo de profissionalização e industrialização da pesca, mas continua até hoje o autoritarismo como marca do Estado brasileiro em suas relações com os pescadores, como demonstram as leituras feitas, as entrevistas com pescadores da Colônia, bem como o quadro que apresenta a legislação acerca da pesca em diferentes momentos históricos.

As leituras que fizemos indicam que as origens das lutas sociais e políticas dos pescadores (Fox 2010) se confundem com as de outros grupos socialmente sufocados, oprimidos e silenciados, como os escravos africanos, índios, camponeses e operários. Isso fica evidenciado nos relatos dos pescadores ouvidos.

O processo de organização dos dados recolhidos pelas entrevistas com pescadores, com a Diretoria da COPEMITO, bem como de nossa vivência como pescador indicam que há um trabalho educativo nas práticas da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia – TO. Estas práticas estão presentes no cotidiano da vida e do trabalho dos pescadores, mas também nas ações políticas que culminaram com a formação da Colônia, bem como em suas diversas ações diretamente relacionadas com a pesca ou aquelas oriundas das lutas políticas mais amplas na sociedade.

Na seção quatro, desse estudo, apresentou-se entrevistas, depoimentos que apontam o aprendizado dos pescadores no contexto do universo da pesca, mas também a busca por

qualificação através das parcerias realizadas pela Colônia, especialmente o trabalho da RECID, o que tornou ações voltadas para a formação política e econômica dos pescadores, alfabetização e a presença marcante dos pescadores no cenário sócio político e cultura de Miracema.

Acredita-se que o conjunto dos pescadores que integram a Colônia já vivia a experiência da pesca antes da existência da Colônia. A criação dessa entidade para canalizar seus interesses foi uma ação mediada por muito aprendizado, socialização de saberes e experiências extraídas da nova dinâmica de realizar a pesca a partir dos elementos legais, econômicos e culturais da Colônia, no contexto do debate oriundo do movimento nacional dos pescadores.

Para concluir sem terminar, a Colônia de pescadores é um espaço que pode contribuir com experiências e debates importantes no contexto da formação do pedagogo, no âmbito da UFT/Campus e Miracema, na medida em que faz educação e educa num processo social que é mais amplo do que o mundo da escola.

Compreendemos que o pescador artesanal mediado pela “Colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins e Tocantínia - TO”, bem como a respectiva associação que lhes representa, vive processos de aprendizagem fundamentais para sua condição humana. A relação com o mercado para a comercialização do seu produto supõe o domínio de conhecimentos e experiências que antes os pescadores não imaginavam que teriam que enfrentar; além do fato de ser necessária a instituição de relações com diferentes setores da vida política e econômica, o que significa buscar conhecimento, inclusive para não ser prejudicado em suas demandas.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BERGAMASCO, S. M. & NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CALLOU, A. B. F. **Movimentos Sociais de Pescadores em Pernambuco (1920-1983)**. Santa Maria – RS: UFSM, 1986. Dissertação (mestrado em Extensão Rural). Curso de pós-graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, RS, 1986.
- CARDOSO, Ruth C. L. **Movimentos sociais urbanos: balanço crítico**. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, M. H. T. de (Orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Editora da UFG, 1986.
- COSTA, Beatriz. **Para analisar uma prática de Educação Popular**. 5. Ed. Petrópolis: Vozes/Nova, 1987.
- DAMASCENO, Maria Nobre e THERRIEN, Jacques (Coords.) **Educação e escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Pesca artesanal e estratégias de desenvolvimento da pesca**. Seminário Pesca Artesanal. Brasília: 1985.
- FERNANDES, B. M. e STÉDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- FOX, Verónica del Pilar Proaño de. **Pesca artesanal e desenvolvimento local: o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE (1990-2009)**. Recife Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local), Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação. Recife, 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos Movimentos Sociais; paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. Ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V.16 N°47, maio agosto, 2010.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, V. 16, nº 47, Maio/Agos, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954-64)**. Goiânia: Editora da UFG, 1988.

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo, 1974-84**. São Paulo: Cortez, 1989.

JACOBI, Pedro. Movimentos reivindicatórios urbanos, estado e cultura política: reflexão em torno da ação coletiva e dos seus efeitos políticos-institucionais no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia (Org). **Classes e Movimentos Sociais na América latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.

LARANJEIRA, Sônia (Org). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – Tocantins –A geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Kelps, 2011

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

MARQUES, Elineide Eugênio; MIRANDA, Eva Barros; SOARES, Douglas Verbicaro. A legislação brasileira sobre a pesca: repetição de padrões. **Revista DI@LOGUS**, v. 10, n. 1 Cruz Alta, p. 3-24, Jan/Abr. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MONAPE:CAPAB. **Projeto de organização e estruturação do Movimento Nacional dos Pescadores 1995-1997**. São Luís, dez. 1994.

MONTEIRO, Sílvio Tavares. **Fronteira Oeste: a capacitação para a formação de empresas associativas**. IATTEMUND: Brasília, 1990.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. Processo de emancipação dos municípios do Tocantins. **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 3, V. 7, N. 1, 2013, p. 1648 – 1662.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalha. Niterói: EDUF, 1997.

OLIVEIRA, Antonio Miranda de. **Aprendendo a plantar espinho**: a dimensão educativa da luta pela terra no Assentamento Irmã Adelaide em Miracema –TO. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação – UFG/FE, Goiânia, 2002.

OLIVEIRA, Antonio Miranda de. **Territorialidades camponesas na educação de assentados**: assentamento Brejinho em Miracema do Tocantins, Tese: Programa de Pós-Graduação em Geografia: UFLA, Uberlândia, 2013.

OLIVEIRA, Antonio Miranda de. **Aprendendo a plantar espinho**: dimensão educativa da luta pela terra. Curitiba: CRV, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PESSOA, Jadir de Moraes. Aprender e Ensinar no cotidiano de assentamentos rurais em Goiás. **Revista da ANPED**. São Paulo, n. 10, jan/abr. 1999.

RAMALHO, Cristiano W. Norberto. **Pescadores artesanais e o poder público**: um estudo sobre a Colônia de pesca de Itapissuna, PE. Monografia para obtenção de Bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia Rural, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, abril, 1999.

RECID – Rede de Educação Cidadã. **Quem somos**. Disponível em <http://recid.redelivre.org.br/quem-somos-2/>. Acesso em 08 de janeiro de 2022.

SADER, Emir (Org). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SILVA, Luis Geraldo da. **Caiçaras e jangadeiros. Cultura marítima e modernização no Brasil. (1920-1980)**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 1. São Paulo: NUPAUB, 2004.

TOMMIASI, Livia de; MARQUES, Fernando. **Os Invisíveis**: uma análise sobre a realidade dos pescadores de São Bernardo do Campo a partir da Colônia e Pescadores Z-17 Orlando Feliciano. *Revista ÍANDÉ Ciências e Humanidades*. São Bernardo do Campo, v. 2, n. 1, p. 13-26, jul/2018.

WOORTMANN, Ellen. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da Unb, 1997.

APÊNDICE

APÊNDICE I – Roteiro de entrevista

APÊNDICE I – Roteiro de entrevista

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
PESQUISA MONOGRÁFICA**

TEMÁTICA: PESCANDO EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA COLÔNIA DE PESCADORES ARTESANAIS Z-16 DE MIRACEMA DO TOCANTINS E TOCANTINIA-TO

AUTOR: WANILSON CORREIA DA SILVA (wanilson.brutus@gmail.com)

ORIENTADOR: Prof. Antonio Miranda de Oliveira

Senhor/a participante/colaborador/a da pesquisa

Esse estudo é uma pesquisa monográfica de conclusão do Curso de Pedagogia. Seu objetivo principal é “Conhecer e discutir a dimensão educativa presente nas ações da Colônia de Pescadores Artesanais de Miracema do Tocantins e Tocantinia”. Respondendo a este questionário você nos autoriza a utilizar essas informações no relatório da pesquisa e em atividades de extensão construídas a partir dela. Nos comprometemos a retornar com as informações, para a Colônia, ao final do trabalho. Para sua identificação vamos usar nome fictício. A qualquer momento você pode nos desautorizar a usar as informações prestadas. Muito obrigado.

1. Diga quem você é, nome, idade, onde vive e o que faz
2. Fale sobre as origens da Colônia de Pescadores de Miracema e Tocantinia (as pessoas envolvidas, entidades que apoiaram, principais problemas enfrentados lá no começo)
3. Fale sobre a pesca antes da Colônia
4. Informe qual a função da Colônia de Pescadores
5. Quem participa da Colônia de Pescadores
6. Que tipo de experiência, conhecimento os/as participantes da Colônia possuem?
7. Os pescadores e pescadoras que participam da Colônia aprendem o que?
8. Que ações são realizadas pela Colônia e o que as pessoas aprendem ao participar delas?